

Bolsonaro bate continência a Bolton

Sub veio pedir que

Brasil se mate por

empresa americana

Reprodução

Reincidência revela que o slogan foi trocado por 'Trump acima de tudo'

Jair Bolsonaro recebeu na quinta-feira (29), em sua residência no Rio de Janeiro, o conselheiro de segurança nacional dos Estados Unidos, John Bolton. Ao ver o funcionário de Trump entrar, Bolsonaro imediatamente bateu continência. Bolsonaro, em outubro

de 2017, já batera continência para a bandeira dos EUA, durante sua visita à Florida. Bolton nem bem sentou na mesa e já foi dizendo que o Brasil é protecionista, que tem que melhorar a situação das empresas americanas por aqui, que tem que baixar as tarifas alfandegárias etc. **Página 3**



Na sequência do vídeo, Jair Bolsonaro bate continência ao conselheiro de segurança de Trump, John Bolton



Bolsonaro e sua equipe acham que a solução é vender o Brasil, diz **Ciro Gomes**

O ex-governador **Ciro Gomes** afirmou que **Jair Bolsonaro** é “uma cédula de 3 reais”. “Ele é qualquer coisa e é nada”, disse **Ciro**. “Ele não entende o país. E sua equipe vai na mesma linha, acha que a solução é vender o Palácio”, acrescentou o ex-governador. **P 3**

PT ensaia fazer leve autocrítica de guinada neoliberal, mas recua no final

Até mesmo uma tímida crítica à “guinada neoliberal a partir de 2015” no governo **Dilma**, como constava da primeira versão, foi retirada da resolução do diretório nacional do PT. **Página 4**



Nas bancas toda quarta e sexta-feira

PCdoB e PPL comemoram a união em grande ato político

Karla Boughoff - Vermelho



“Escola Sem Partido é imposição ideológica e perseguição a quem diverge”, diz **João Bacelar (Pode)**

Para o deputado **João Bacelar (Podemos-BA)**, o Projeto de Lei deixa de lado “os graves problemas da educação brasileira” para apresentar medidas “autoritárias contra os professores”. “Querem substituir o que eles imaginam ser uma doutrinação na sala de aula por outra doutrinação, a deles”. **Página 4**

Para o **IEDI**, PIB do 3º trimestre mostra economia fraca e indústria de transformação com pé no freio

De acordo com o **IEDI**, vários fatores confluíram para o péssimo resultado: “Na ótica da demanda minguraram os resultados do consumo das famílias e das ex-

No domingo (2) foi oficializada a incorporação do Partido Pátria Livre (PPL) ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB). O ato histórico, que ocorreu na sede do Sindicato dos Eletricistas de São Paulo, seguiu-se à decisão, tomada no sábado pelo Congresso Nacional do PPL e pelo Comitê Central do PCdoB neste sentido. Com essa decisão, os dois partidos superaram a cláusula de desempenho, arbitrariamente instituída com o objetivo de afastar da política os partidos com menor poder econômico. Tanto **Sérgio Rubens** quanto **Luciana Santos**, presidentes do PPL e PCdoB, respectivamente, ressaltaram, durante a solenidade, que esta decisão representa uma resposta contundente aos planos da extrema-direita de atacar a democracia para intensificar a exploração do povo e entregar o Brasil ao capital estrangeiro. **P 3**

PF vai investigar fraude de **Paulo Guedes** com os fundos de pensão

A PF abriu inquérito para investigar o futuro ministro da Economia de **Bolsonaro**, por fraudes na gestão de um fundo de investimentos que contou com aportes de fundos de pensão de empresas estatais. **P 3**

Suicídios aumentam 36% nos EUA em 10 anos

Pág. 7



Governadores reagem à ameaça contra estabilidade dos servidores públicos

A proposta de “flexibilização” da estabilidade dos servidores públicos como medida de facilitar demissões do funcionalismo estadual está na pauta de Paulo Guedes, futuro ministro da Fazenda de Bolsonaro. Governadores em mandato e eleitos, contudo, já se posicionaram contrários a qualquer mudança na Constituição.

“Esclareço que não me incluo nesse conjunto”, disse Flávio Dino (PCdoB) governador reeleito no Maranhão pelo Twitter, se referindo ao conjunto de governadores eleitos que na semana passada entregaram a Bolsonaro um documento que, entre outras agendas, propõe a mudanças na lei para facilitar a demissão de servidores como medida de ajuste fiscal.

“O problema do Brasil é a falta de crescimento econômico, que arrasou as finanças públicas. Tirar estabilidade dos servidores não vai resolver o problema”, pontuou Dino.

A flexibilização é justificada pela equipe de transição de Bolsonaro e por alguns governadores eleitos, como João Dória (PSDB) em São Paulo e Wilson Witzel (PSL) no Rio de Janeiro, como uma forma de contenção de gastos, o que ajudaria a cumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Hoje é a Constituição que garante estabilidade para o servidor contratado por concurso, prevendo demissão após decisão da Justiça. No entanto, o próprio artigo 169 combinado à Lei de Responsabilidade Fiscal prevê mecanismos de exceção para redução de quadros.

Camilo Santana (PT), governador reeleito do Ceará, disse que sua experiência como chefe do executivo cearense aponta para a direção contrária.

“A lei precisa ser bastante aprimorada, não no sentido de flexibilizar, mas de enduerecer o acompanhamento. O Ceará não tem nenhuma medida nessa questão (de tornar flexível a estabilidade do servidor público). Pelo contrário, vai trabalhar no sentido de valorizar (o funcionário)”.

Antes mesmo da eleição, o vice-presidente de Bolsonaro, general Hamilton Mourão, já se manifestava a favor da flexibilização da estabilidade do funcionalismo. Não por preocupação com a responsabilidade fiscal dos estados, mas por ideologia.

“Tem que haver uma mudança e aproximar o serviço público da atividade privada”.

Segundo O Globo, o estudo que vem sendo realizado pela equipe de Guedes prevê desde a redução da indenização aos servidores exonerados, programa de demissão voluntária para o funcionalismo federal, estabelecimento de metas de produtividade e garantia de estabilidade apenas para o alto escalão.

O governador eleito no Espírito Santo, Renato Casagrande (PSB) esteve no encontro dos governadores com Bolsonaro, mas foi categórico ao dizer que a proposta não flexibiliza e sim precariza.

“(A proposta) Iria precarizar ainda mais o serviço público. Seriam demitidos os servidores de renda menor, certamente, porque tem menos capacidade de articulação. Não creio que seja esse o caminho e sim o da responsabilidade”, afirmou. Segundo ele, para casos extremos o funcionário ativo pode ser demitido, desde que mediante “processo administrativo que lhe garanta ampla defesa”.

Para IEDI, 0,8% de PIB confirma o baixo dinamismo da economia



O PIB do 3º trimestre deste ano apenas retoma um nível muito próximo daquele do 3º trimestre de 2015. Ou seja, um retrocesso de três anos atrás

Editais autoriza leilões e coloca 12 aeroportos na mira de estrangeiras

A Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) aprovou nesta terça-feira (27) os editais de privatização de 12 aeroportos nas regiões Nordeste, Centro-Oeste e Sudeste.

A agência ainda não divulgou a data dos leilões, que serão realizados em 3 blocos, Bloco Nordeste, Bloco Centro-Oeste e Bloco Sudeste. Segundo comunicado divulgado, a expectativa é que os aeroportos estatais sejam entregues à iniciativa privada na primeira quinzena de março de 2019.

Dentre os aeroportos que entrarão na mira da privatização, estão os principais do Nordeste: Recife (PE), Maceió (AL), João Pessoa (PB), e depois do aeroporto de Brasília já ter sido entregue a Inframérica, agora o aeroporto de Cuiabá, no Centro-Oeste está prestes a ser privatizado.

De acordo com o edital, a iniciativa privada terá total liberdade para fixar “o valor que cobrará pelas tarifas de embarque, conexão, pouso e permanência” desde que a média de todas as tarifas cobradas dos aeroportos que compõe o bloco não ultrapasse a “receita-teto por passageiro”, métrica que será definida pelo contrato de privatização.

Ainda de acordo com o edital, os leilões serão individuais por bloco, mas não por aeroporto, mas a mesma concessionária poderá disputar todos os três blocos.

DESMONTE

O Programa de Parcerias e Investimento (PPI) do governo Temer – que cuida da privatização dos aeroportos – é continui-

dade ao Programa de Investimento em Logística (PIL) do governo Dilma que fazia exatamente a mesma coisa. O PIL privatizou os maiores e principais do país, como o aeroporto de Guarulhos em São Paulo, Galeão (RJ), Juscelino Kubitschek (Brasília), Confins (MG), São Gonçalo do Amarante (RN), Viracopos (Campinas-SP), todos entregues para multinacionais.

Os seis aeroportos privatizados durante governos do PT pediram ao governo Dilma para não pagar a outorga – uma espécie de aluguel pelo uso das unidades –, e não pagaram. Deram calote na Dilma e no Temer, de R\$ 2,3 bilhões.

Quando o governo Dilma privatizou os aeroportos de Guarulhos, Brasília e Viracopos, disse que o fez para arrecadar R\$ 24,5 bilhões e melhorar os serviços. Além de levar 30 anos para arrecadar esse montante, e no momento o governo ter aceitado, sem ressalvas, levar um calote, o serviço não melhorou. Pelo contrário, as pesquisas realizadas a pedido da ANAC colocam as unidades privatizadas sempre nas piores colocações segundo avaliação dos usuários, enquanto os aeroportos administrados pela Infraero sempre estão no topo do ranking.

A realidade é que as concessionárias entraram nos leilões para arrematar um negócio altamente lucrativo. Como o ramo com a crise atual diminuiu a margem de lucro das empresas, elas adotaram como solução dar o calote no governo.

Esse é o exemplo clássico de como o modelo

de gestão privada age. Os aeroportos privatizados não estão entre os mais bem avaliados pelos usuários nem pela Secretaria de Aviação Civil, os preços são desregulados, lucros – ora maiores, ora menores – são assegurados, e o que impera é a redução nos salários dos funcionários, demissões e condições precárias de trabalho. Enquanto isso a Infraero é sucateada.

Exemplo de que a gestão privada não funciona é que o Aeroporto de Viracopos foi devolvido à gestão pública porque a iniciativa privada não deu conta. Atrasou duas parcelas da outorga, não realizou as melhorias previstas em contratos, e com acionistas investigados na Lava-Jato, como a UTC, não conseguiu administrar o empreendimento.

O exemplo de lesa-pátria é o governo Temer, que mesmo com essa lição prática, não aprendeu e já negocia a possibilidade de Viracopos deixar de atender a população para virar o ponto de carga da chinesa Alibaba, dona da varejista eletrônica AliExpress.

Abaixo a lista de todos os aeroportos que estão na mira da privatização.

Bloco Nordeste
Recife (PE)
Maceió (AL)
Aracaju (SE)
João Pessoa (PB)
Campina Grande (PB)
Juazeiro do Norte (CE)
Bloco Sudeste
Vitória (ES)
Macaé (RJ)

Bloco Centro-Oeste
Cuiabá (MT)
Sinop (MT)
Rondonópolis (MT)
Alta Floresta (MT)

Temer assina decreto para acelerar plano de privatizações de Bolsonaro

O governo Temer assinou na sexta-feira, 30, um decreto (9.589) com o objetivo de acelerar a privatização de estatais, preparando o território para o próximo governo de Bolsonaro, que deixou claro sua intenção de liquidar o patrimônio nacional.

O decreto concede mais poderes ao Ministério do Planejamento, que no governo de Bolsonaro será fundido com os Ministérios da Fazenda e da Indústria.

“Compete ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, ao Ministério da Fazenda e ao ministério setorial propor ao Conselho do Programa

de Parcerias de Investimentos da Presidência da República – CPPI a inclusão de empresas estatais federais controladas diretamente pela União no Programa Nacional de Desestatização – PND, com vistas à sua dissolução”, diz o decreto.

Para implementar seu projeto de privatizações, Bolsonaro/Guedes anunciou a criação de uma secretaria de desestatização, que será presidida por Salim Mattar. Mattar é presidente da Localiza, uma das maiores empresas de locação de veículos da América Latina.

Em alguns setores,

como os bancos públicos Caixa Econômica e Banco do Brasil, Guedes nomeou diretamente “especialistas” em privatização, como Pedro Guimarães para a Caixa e Rubem Novaes para o Banco do Brasil.

Pedro Guimarães é sócio do banco de investimento Brasil Plural – que atua no setor

imobiliário e de petróleo e gás. E ainda genro de Léo Pinheiro, ex-presidente da OAS, que está preso na Superintendência da Polícia Federal em Curitiba pela participação em vários crimes investigados na Operação Lava Jato.

Resultado aponta “um dinamismo muito baixo, o que contribui para que 2018 se firme como um ano de acomodação”

Sob o título “Recuperação limitada”, o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI) divulgou análise sobre o resultado do Produto Interno Bruto (PIB) registrando que a alta de 0,8% no terceiro trimestre de 2018, frente ao trimestre anterior, expressa “um dinamismo muito baixo, o que contribui para que 2018 se firme como um ano de acomodação”.

Segundo o IEDI, dois aspectos ilustram a limitação da economia. O primeiro é que o PIB do 3º trimestre deste ano apenas retoma um nível muito próximo daquele do 3º trimestre de 2015. Ou seja, um retrocesso de três anos atrás.

O segundo aspecto “é que o crescimento da economia atingiu um ritmo próximo de 1% e, ao que tudo indica por ora, lá tem ficado sem esboçar nenhuma aceleração. É o que indica o resultado do PIB não apenas no acumulado de janeiro a outubro, de 1,1%, como em cada um de seus trimestres na comparação interanual: 1,2%; 0,9% e 1,3%”.

De acordo com o IEDI, vários fatores confluíram para o péssimo resultado: “Na ótica da demanda, como mostram as variações interanuais abaixo, minguiaram os resultados do consumo das famílias e das exportações. Já na ótica da oferta, pisaram no freio notadamente a

indústria de transformação, o comércio e outras atividades de serviços”.

O Instituto avalia que o “consumo das famílias está longe de ser aquela do final de 2017, quando uma recomposição parcial foi alavancada por fatores pontuais, como a liberação dos recursos do FGTS, bem como pela ampliação do poder de compra da população derivada da forte desaceleração da inflação e do retorno do crédito às famílias. Hoje, a melhora muito marginal do emprego, baseada em ocupação de menor qualidade, cobra seu preço, limitando o avanço do consumo das famílias”.

A indústria da construção civil, diz o IEDI, se encontra em um quadro ainda mais dramático. A retração de 1% no 3º trimestre deste ano se configura “em 18 trimestres consecutivos de resultados negativos, período em que o setor encolheu quase 1/3 do que era. Diante da queda da construção e da desaceleração da indústria de transformação, a indústria total também apresentou resultados cada vez mais modestos em 2018 (+0,8% no 3º trimestre de 2018)”.

Os dados resumidos pelo IEDI jogam por terra a presunção de recuperação econômica apregoada pelo governo Temer e colocam em xeque os chicanos’s boys de Bolsonaro (Guedes, Roberto Campos, Levy...).



Brasil tem 2º pior investimento público dentre 42 países, diz FGV

Em um grupo de 42 países, o Brasil registrou a segunda menor média anual de investimento público, 1,92% do PIB, entre 2000 e 2017, perdendo apenas para a Costa Rica (1,87% do PIB). No período, a média anual dos países foi de 3,51% do PIB, sendo que a da Rússia foi de 3,9% do PIB, a da Turquia chegou a 3,38% do PIB e a da África do Sul alcançou 2,95% do PIB.

Os resultados foram compilados pelo Observatório de Política Fiscal do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV), com base nos dados da Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE). Foram levados em consideração os gastos da União, estados e municípios, excetuando as despesas das estatais.

Para o coordenador do Observatório de Política Fiscal do Ibre/FGV, Manoel Pires, “as estatísticas do Tesouro mostram que o investimento realizado pelo governo brasileiro não tem sido suficiente para repor a depreciação do estoque de capital”.

Conforme Pires, está em curso nos últimos anos um processo de redução do estoque de capital público. “Não é à toa

que estamos observando desabamento de estruturas públicas como pontes e viadutos em algumas grandes cidades do país”, disse. “Os problemas causados pelas enchentes também têm causado perdas de vidas, congestionamentos e muitos transtornos na vida dos brasileiros”, acrescentou.

A redução de investimento público se acentuou a partir de 2014, com a política recessiva de Dilma, culminando com a PEC da Morte e Temer, que e congelou os investimentos por 20 anos, exceto os gastos com juros. No ano passado, os governos federal e regionais investiram o equivalente a 1,16% do PIB, o menor nível em 70 anos (desde o início da série em 1947), segundo dados da Instituição Fiscal Independente (IFI), vinculada ao Senado. Em 2017, a média do investimento público nos 42 países da amostra da OCDE ficou em 3,27% do PIB, mais de 2 pontos percentuais acima do investimento feito pelo Brasil.

A combinação de redução de investimento público com juros siderais e desestatização/desindustrialização levou o país à maior recessão de sua história.

Escreva para o HP

horadopovo@horadopovo.com.br

HORA DO POVO

é uma publicação do Instituto Nacional de Comunicação 24 de agosto
Rua José Getúlio, 67, Cj. 21
Liberdade - CEP: 01509-001
São Paulo-SP
E-mail: inc24agosto@uol.com.br
C.N.RJ 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto
Redação: fone (11) 2307-4112
E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br
E-mail: comercial@horadopovo.com.br
E-mail: hp.comercial@uol.com.br
Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000
Sucursais:
Rio de Janeiro (RJ): IBSCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679
E-mail: hprj@oi.com.br
Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000
Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br
Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480
E-mail: horadopovomg@uol.com.br
Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317 - E-mail: horadopovobahia@oi.com.br
Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004
Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603
E-mail: horadopovope@yahoo.com.br
Belém (PA): Avenida Almirante Barros/Passagem Ana Deusa, 140 Curió-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823
Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

www.horadopovo.com.br



Ex-governador do Ceará e ex-ministro Bolsonaro e sua equipe acham que a solução é vender o Brasil, diz Ciro

O ex-governador Ciro Gomes, candidato do PDT à Presidência da República, afirmou, em entrevista ao jornal Valor Econômico, na quinta-feira, que Jair Bolsonaro é “uma cédula de 3 reais”.

“Ele é qualquer coisa e é nada”, disse Ciro. “Ele não entende o país. E sua equipe vai na mesma linha, acha que a solução é vender o Palácio”, acrescentou o ex-governador, referindo-se aos planos de privatização já anunciados.

Ciro subestima na entrevista a ameaça que representa o projeto de Bolsonaro para a democracia brasileira, mas, ao mesmo tempo, diz que na economia a expectativa “é de medíocre para ruim”. “Você tem 63 milhões de pessoas inadimplentes no SPC [Serviço de Proteção ao Crédito] e isso é um problema macroeconômico, nenhuma chance de mercado, individualmente, resolver”, denunciou.

Perguntado o que acha da pessoa do Bolsonaro, Ciro disse que “ele domina um assunto que lhe deu sete mandatos: quinquênio, aposentadoria, progressão, viúva de militar... Do petismo para cá, ele começa a ser mandado para reagir à agenda ‘revanchista’ – ponha muitas aspas nisso, porque a palavra é deles – do PT. Por exemplo, Comissão da Verdade”, apontou o presidente do PDT.

Para ele, o futuro ministro da Economia, Paulo Guedes, “parou de ler nos anos 1980 e definitivamente não leu nada depois de 2008”, ano em que foi deflagrada a crise econômico-financeira mundial. E justamente a economia, a seu ver, “será a grande definidora do sucesso ou não do governo, em uma lua de mel que praticamente não existirá”.

Ciro acha que Bolsonaro terá cerca de seis meses para apresentar resultados. “Como estamos vivendo um fim de ciclo, mas ele tem um universo que intuitivamente domina: esse universo ‘criptoconservador’ de costumes. Ele pode se refugiar nisso. Assim, pode extrair seis meses, e propor a redução da maioria penal, o agravamento da lei de execução penal...”, avalia. “A economia é quem será o definidor [do sucesso ou não do governo]. Mas eu não vejo o novo governo nem sequer considerando as questões que tentei dizer na campanha”, observa Ciro.

Leia mais em www.horadopovo.org.br

Bolsonaro bate continência para funcionário de Trump



Um grande ato no Sindicato dos Eletricistas selou a união partidária Unidade PCdoB-PPL fortalece luta em defesa da democracia e da soberania

Neste domingo (2) foi oficializada a incorporação do Partido Pátria Livre (PPL) ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB). O ato, que ocorreu na sede do Sindicato dos Eletricistas de São Paulo, seguiu-se à decisão, tomada no sábado (1) pelo Congresso Nacional do PPL e pelo Comitê Central do PCdoB neste sentido.

Com essa decisão, os dois partidos superam a cláusula de desempenho, arbitrariamente instituída com o objetivo de afastar da política os partidos com menor poder econômico.

Tanto Sérgio Rubens quanto Luciana Santos, presidentes do PPL e PCdoB, respectivamente, ressaltaram, durante a solenidade, que esta decisão representa uma resposta contundente aos planos da extrema-direita de atacar a democracia para intensificar a exploração do povo

e entregar o Brasil ao capital estrangeiro. A união PCdoB/PPL, segundo eles, representa o fortalecimento do campo da oposição e facilitará a construção de uma ampla frente democrática contra o obscurantismo, o entreguismo e os ataques à democracia.

Estiveram presentes ao ato centenas de lideranças políticas sindicais, da juventude, das mulheres, da negritude e outras, dos dois partidos, agora unificados. Membros integrantes do Comitê Central do PCdoB e do Diretório Nacional do PPL aprovaram por unanimidade a incorporação do PPL ao PCdoB e a constituição da nova direção partidária.

O PCdoB realizará um Congresso Extraordinário em março para concluir oficialmente o processo de incorporação.

Dois postulantes à Presidência da República, Manoela D’Ávila,

que inicialmente se lançou pré-candidata a presidente pelo PCdoB e depois foi candidata a vice na chapa de Fernando Haddad, e João Goulart Filho, que se candidatou a presidente pelo PPL, estiveram presentes. O jurista Léo Alves, que concorreu à vice de João Goulart, também participou da solenidade. Dirigentes históricos do PCdoB, como Aldo Arantes e Haroldo Lima, além de Renato Rabelo, prestigiaram o evento e apoiaram a unificação.

Foram feitas saudações por parte de representantes dos dois partidos e o ato foi encerrado com as falas de Sérgio Rubens Torres e Luciana Santos. Ao final os presentes se confraternizaram e pousaram para uma foto histórica do encontro (foto acima).

Leia mais em www.horadopovo.org.br

SÉRGIO CRUZ

Ele admitiu após o encontro que o assessor exigiu mais benesses e reclamou das taxas alfandegárias do país

Jair Bolsonaro recebeu na quinta-feira (29), em sua residência no Rio de Janeiro, o conselheiro de segurança nacional dos Estados Unidos, John Bolton. Ao ver o funcionário de Trump entrar, Bolsonaro imediatamente bateu continência.

O ato de vassalagem foi presenciado pelo futuro ministro da Defesa, general Fernando Azevedo e Silva; pelo futuro ministro de Relações Exteriores, Ernesto Araújo; e pelo futuro chefe do Gabinete de Segurança Institucional, Augusto Heleno.

Bolsonaro, em outubro de 2017, já batera continência para a bandeira dos EUA, durante sua visita à Florida.

Agora, bateu continência para um funcionário subalterno da administração Trump. Com certeza, se batesse continência para Trump, seria um escândalo de subserviência. Mas não temos um nome para o ato de bater continência para um empregado de Trump.

Bolsonaro informou, após o encontro, que Bolton reclamou que as empresas americanas não são bem tratadas no Brasil. “Ele reclamou das taxas alfandegárias, das dificuldades de se fazer negócio aqui”, afirmou. “Ele [Bolton] disse que há muito protecionismo e que espera que as relações melhorem a partir de agora”, acrescentou, informando que

já havia tomado providências junto à área econômica para resolver esses “problemas” das empresas norte-americanas.

Jair Bolsonaro escreveu no Twitter que a reunião foi “muito produtiva e grata”. Falaram sobre planos de sabotagem a Cuba e Venezuela – e também sobre a mudança da embaixada do Brasil em Israel de Tel Aviv para Jerusalém.

O único país do mundo que seguiu os EUA na mudança da embaixada, transgredindo as leis internacionais e as resoluções da ONU, foi a Guatemala.

Agora, Bolsonaro voltou a admitir que vai seguir a Guatemala na subserviência a Trump. “Essa possibilidade [de mudança da embaixada] existe”, declarou.

No início de novembro, houve, já por conta dos rumores da mudança da embaixada, o cancelamento de um encontro diplomático com o Brasil pelo Egito.

Os países árabes são o segundo maior comprador de proteína animal brasileira. As exportações somaram US\$ 13,5 bilhões (cerca de R\$ 52,3 bi) em 2017 e o superávit para o Brasil foi de US\$ 7,17 bilhões (R\$ 27,7).

Em viagem aos EUA, o filho de Bolsonaro, portando um boné da campanha à reeleição de Trump, declarou que a mudança da embaixada é apenas uma questão de tempo.

S. C.

Conversa de Bolton foi uma só: queremos privilégios para empresas americanas

John Bolton, conselheiro de segurança nacional dos Estados Unidos, não deixou dúvidas sobre quais são as prioridades de seu chefe, Donald Trump, nos entendimentos que veio manter com a equipe de Jair Bolsonaro. O primeiro assunto tratado pelo funcionário do governo americano no café da manhã de quinta-feira, na residência do presidente eleito na Barra da Tijuca, foi a defesa intransigente de facilidades para a entrada de produtos americanos no mercado brasileiro e a elevação dos lucros das empresas americanas que atuam no Brasil.

Bolton nem bem sentou na mesa e já foi dizendo que o Brasil é protecionista, que tem que melhorar a situação das empresas americanas por aqui, que tem que baixar as tarifas alfandegárias, etc. Segundo o próprio presidente eleito informou aos jornalistas, Bolton disse no início da conversa que “as empresas americanas precisam ser mais bem tratadas no Brasil”. “Ele reclamou das taxas alfandegárias, das dificuldades de se fazer negócio aqui”, afirmou. “Ele [Bolton] disse também que há muito protecionismo e que espera que as relações melhorem a partir de agora”, acrescentou o anfitrião.

Perdendo cada vez mais espaço para os produtos industriais asiáticos, particularmente os da China, o que eles visam é obter mais facilidades para garantir o domínio do nosso mercado por suas empresas. É como eles acham que vão salvar sua combalida economia. A “missão” de Bolton por aqui era principalmente essa. Quer mais benesses do que já têm as empresas americanas no Brasil (subsídios, crédito, sobrepreços, arrocho salarial) é querer sufocar a economia brasileira para melhorar a deles. Nessa hora, era

de se esperar que o presidente eleito ficasse com os interesses do Brasil e não se alinhasse aos interesses estrangeiros.

Mas, depois de bater continência ao funcionário de Trump, Bolsonaro encaminhou, como ele mesmo disse, as queixas de Bolton “para solução por parte da equipe econômica”. “Temos que melhorar as relações comerciais com os EUA”, disse.

O governo americano reclama literalmente de barriga cheia. Além de dominar há décadas a economia nacional e adquirirem empresas brasileiras em número significativo – das 20 maiores multinacionais que atuam no Brasil, metade são dos EUA –, os americanos lideram o destino das remessas de lucros e dividendos para o exterior, respondendo por 31,1% do total (dados de 2017).

E não só isso. De 2009 até 2017 o Brasil foi dos poucos países do mundo que mantinham déficits comerciais com os EUA. O fluxo de comércio entre os dois países proporcionou saldos positivos e bastante elevados para os americanos. O maior deles foi registrado em 2013, no montante de US\$ 11,365 bilhões, fruto de exportações de US\$ 36,018 bilhões e vendas brasileiras de pouco mais de US\$ 24,653 bilhões.

Nesses oito anos, o saldo acumulado pelos Estados Unidos superou a cifra de US\$ 48,3 bilhões, o maior déficit já registrado na história do comércio exterior brasileiro num período de nove anos com um único país. Em 2017 houve uma pequena reversão na balança entre os dois países. Entre os principais produtos exportados pelo Brasil aos EUA no ano passado está o óleo bruto de petróleo, cujas vendas externas expandiram em 65%.

S. C.

“Morte de meu pai interessa aos que estão muito perto”, diz Carlos Bolsonaro

Um dos filhos de Bolsonaro, o vereador do Rio de Janeiro Carlos Bolsonaro (PSC), afirmou que a morte de seu pai interessa “aos que estão muito perto”.

“A morte de Jair Bolsonaro não interessa somente aos inimigos declarados, mas também aos que estão muito perto. Principalmente após sua posse! É fácil mapear uma pessoa transparente e voluntariosa. Sempre fiz minha parte exaustivamente. Pensem e entendam todo o enredo diário”, escreveu em postagem no Twitter, na semana passada.

Ainda na campanha, em setembro, o capitão reformado foi alvo de um atentado a faca, durante um ato em Juiz de Fora (MG). Inquérito feito pela Polícia Federal concluiu que o autor, Adélio Bispo de Oliveira, agiu sozinho. Agora, a postagem de Carlos Bolsonaro levantou especulações sobre o grau de acirramento das disputas internas por espaços no futuro governo.

Mantega e Bendine se tornam réus pelas pedaladas fiscais

O ex-ministro da Fazenda, Guido Mantega, e o ex-presidente do Banco do Brasil, Aldemir Bendine, tornaram-se réus na Justiça Federal de Brasília por causa das pedaladas fiscais – atraso no repasse a bancos públicos de dinheiro destinado ao pagamento de despesas do governo – que levaram ao impeachment de Dilma Rousseff em 2016.

Além deles, o ex-secretário do Tesouro, Arno Augustin, e o ex-subsecretário de Política Fiscal do Tesouro Nacional, Marcus Pereira Aucélio, vão responder por crime contra as finanças públicas.

A decisão é do juiz Francisco Codevila, da 15ª Vara Federal de Brasília, que aceitou denúncia do Ministério Público Federal (MPF). Na decisão, o magistrado afirma que os quatro agiram dolosamente, ou seja, com intenção e em coautoria.

Segundo o MPF, eles foram responsáveis “por ordenar, autorizar

e realizar operações de crédito interno sem prévia autorização legislativa”. A peça acusatória ressalta que “as pedaladas” foram praticadas por agentes públicos do alto escalão do governo nos últimos anos do primeiro mandato de Dilma, especialmente no exercício de 2014.

“Tais operações consistiram na concessão e utilização indevida de recursos do BNDES [Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social] para o pagamento de benefícios de responsabilidade da União no âmbito do Programa de Sustentação do Investimento”, aponta.

A denúncia também se baseia na utilização de recursos do Banco do Brasil para o pagamento do Plano Safra e no atraso no repasse de royalties do petróleo, recursos para geração de energia elétrica e do salário educação para municípios, estados e o Distrito Federal.

Leia mais em www.horadopovo.org.br

MP-SP cobra R\$ 29,4 milhões de João Dória por improbidade

O Ministério Público do Estado de São Paulo protocolou uma ação contra João Dória (PSDB) pedindo o bloqueio de bens no valor de R\$ 29,4 milhões por propaganda ilegal para promoção pessoal quando era prefeito da capital.

A ação foi movida pelo promotor Nelson Sampaio de Andrade, da Promotoria do Patrimônio Público. Para ele, cerca de 21% do montante gasto no projeto para recapeamento e manutenção de vias prioritárias da cidade, equivalente a R\$ 29,4 milhões, no Programa Asfalto Novo, da Prefeitura

de São Paulo, não teve outra finalidade que não promover a imagem do próprio ex-prefeito João Dória.

A propaganda, veiculada entre novembro de 2017 e março de 2018, não carrega nenhuma tentativa de educar, informar ou orientar a população, somente afirma que é o “a maior ação de asfaltamento dos últimos anos”. Os milhões utilizados em publicidade, portanto, serviram apenas para fazer propaganda ilegal da gestão de Dória e configuram improbidade administrativa.

Leia mais em www.horadopovo.org.br

PF abre inquérito para apurar fraude de Paulo Guedes com fundos de pensão

A Polícia Federal abriu inquérito para investigar Paulo Guedes, futuro ministro da Economia de Bolsonaro, por fraudes na gestão de um fundo de investimentos que contou com aportes de fundos de pensão de empresas estatais.

A investigação decorre de pedido do Ministério Público Federal (MPF) em Brasília, que em outubro já tinha aberto um procedimento preliminar sobre o caso.

O procedimento aberto pelo MPF apura irregularidades apontadas em documentos da Previc (Superintendência Nacional de Previdência Complementar), analisados no âmbito da Operação Greenfield – que investiga desvios de recursos dos fundos de pensão.

O documento da Previc apontou “relevantes indícios de que, entre os meses de fevereiro de

2009 e junho de 2013, diretores/gestores dos fundos de pensão Funcef, Petros, Previ, Postalís (todas alvos da Operação Greenfield), Infaprev, Banesprev e Fipeq e da sociedade por ações BNDESPar possam ter se consorciado com o empresário Paulo Roberto Nunes Guedes (...), controlador do Grupo HSM Brasil, a fim de cometerem crimes de gestão fraudulenta ou temerária de instituições de finanças equiparadas e emissão e negociação de títulos mobiliários sem lastros ou garantias, relacionados a investimentos no FIP BR Educacional”.

A PF vai apurar se Guedes cometeu os crimes de gestão fraudulenta ou temerária ao captar, por meio do fundo de investimentos controlado por ele, recursos dos fundos de previdência complementar dos emprega-

dos de empresas públicas, como Caixa Econômica Federal, Petrobrás, Banco do Brasil e Correios. Também será averiguada a hipótese de emissão e negociação de títulos sem lastros ou garantias suficientes.

Em seis anos, Guedes captou R\$ 1 bilhão de fundos de pensão geridos por apadrinhados do PT e do PMDB. Conforme os documentos da Previc, a BR Educacional Gestora de Ativos, de Guedes, lançou em 2009 dois fundos de investimento que receberam aportes das entidades de previdência. O inquérito recém-instaurado mira um deles. Trata-se do Fundo de Investimento em Participações (FIP) BR Educacional, que obteve R\$ 400 milhões entre 2009 e 2013 para projetos educacionais.

Leia mais em www.horadopovo.org.br

“Escola Sem Partido quer impor ideologia e perseguir divergentes”

“Querem que o criacionismo impere sobre a teoria da evolução”, criticou o deputado João Bacelar sobre o projeto que instaura a censura nas salas de aula

O deputado João Bacelar (Podemos-BA) criticou o Projeto de Lei (PL) Escola Sem Partido que está deixando de lado “os graves problemas da educação brasileira” para apresentar medidas “autoritárias contra os professores”.

Em entrevista à Hora do Povo, Bacelar, que é presidente do Podemos na Bahia e já foi Secretário da Educação de Salvador, afirma que os retrocessos que seriam impostos com a aprovação do PL são “tão gritantes que está todo mundo contra. De jornais liberais a conservadores, todos publicaram editoriais contra. Todos os especialistas estão contra. O atual ministro da Educação [Roseli Soares] é contra, o ex-ministro Mendonça Filho é contra. Todo mundo é contra”.

A bandeira da Escola Sem Partido é uma das mais firmemente levantadas por Bolsonaro. Foi, inclusive, quesito para a escolha de seu ministro da Educação.

“Em nome de uma suposta doutrinação político-partidária, que ninguém consegue provar cientificamente, eles querem privilegiar uma visão de mundo maniqueísta. E querem substituir o que eles imaginam ser uma doutrinação na sala de aula por outra doutrinação, a deles”. Trata-se, então, não de uma escola sem partido, mas com apenas o partido deles.

“A ideia de colocar um cartaz na sala de aula é simplista, autoritária, inibidora. O cartaz tem seis fundamentos, deveria ter o sétimo: ‘Brasil acima de tudo, Deus acima de todos’”, ironizou.

“Eles estão deixando os graves problemas da educação brasileira para discutir uma lei vaga, genérica e que com certeza vai se prestar a um papel inverso do que eles dizem estar propondo. Na verdade eles querem uma imposição ideológica e a perseguição de quem diverge dessa posição”.

“Essa discussão serve para ofuscar outras sobre os reais problemas das escolas. Você tem sérios problemas na educação brasileira, que vão da alfabetização na idade certa, passando pela má formação dos professores e pela péssima infraestrutura das escolas. Nossas escolas não tem água, não tem quadra, não tem laboratórios de informática”, destacou o deputado.

Além dessas questões de conteúdo, o PL apresenta problemas de forma. “O projeto é muito mal escrito, é horrível. É inconstitucional, não tem clareza e sofre de problemas sérios de precisão”, disse. O deputado afirma que o projeto é inconstitucional, pois cerceia a liberdade de expressão dos pro-

fessores, e impreciso, pois afirma de forma genérica que o professor deve, “ao tratar de questões políticas, socioculturais e econômicas”, apresentar aos alunos “de forma justa, as principais versões, teorias, opiniões e perspectivas concorrentes a respeito”.

“Eles não entendem de pedagogia, não conhecem o chão da sala. Eles querem a predominância de valores familiares sobre os valores educacionais, mas não existe essa precedência, são duas coisas distintas. Os valores familiares tratam exclusivamente de moral, ética, religião. Os valores escolares são os científicos, os de socialização, de colocar a criança perante o que é diferente, para que ela saiba se posicionar perante o mundo e ter uma visão crítica”, afirmou.

Com esse projeto anti-ciência, “eles querem que o criacionismo impere sobre a teoria da evolução. Então, se eu sou neopentecostal, a professora deve me dizer em sala de aula que o homem veio de Adão e Eva?”, indagou.

“Não é um professor, uma disciplina ou uma aula que dá pluralidade. A pluralidade é do conjunto. É o conjunto de professores, disciplinas e aulas, os 200 dias letivos e 800 horas de aula no ano que tornam o conteúdo plural. Aí, pergunto a eles, se, em média, uma escola de ensino fundamental tem 30 professores, então nós temos 30 doutrinações de esquerda?”, questionou o deputado.

TRAMITAÇÃO

Para Bacelar, o debate não pode se restringir ao Parlamento e muito menos à Comissão Especial criada para análise do PL. No presente momento, o Projeto está em análise na Comissão, mas em caráter conclusivo. Ou seja, se aprovado neste espaço, não passa pelo plenário da Câmara e vai direto para o Senado. A votação está prevista para o dia 4 de dezembro.

“A comissão [especial] é uma igrejainha neopentecostal, então devemos levar o projeto para o Plenário e a sociedade tem que pressionar seus representantes no sentido de que se voltem contra isso”, informou. O deputado entrou com um recurso junto à Presidência da Câmara para que o Projeto passe pelo Plenário, afirmando que projetos que atravessem, mesmo que de forma constitucional, cláusulas pétreas – que é o caso da liberdade de expressão.

Mesmo que seja aprovado com caráter conclusivo, o deputado já adiantou que entrará com outro recurso na tentativa de colocar o PL sob análise do plenário da Câmara.

PEDRO BIANCO

PT joga seus erros para debaixo do tapete em resolução nacional

A direção nacional do PT aprovou sábado (1º) mais uma resolução política, que, como as anteriores, não faz autocrítica de absolutamente nada – nem da corrupção que levou Lula, Vaccari e outros à cadeia, nem da conduta durante a campanha eleitoral.

Como grande novidade, a cúpula petista aponta como principal caminho do partido, a partir de 2019, a bandeira do “Lula Livre”.

Uma primeira versão do texto fora elaborada por uma comissão formada por nove integrantes, representando as correntes internas da sigla. Nessa versão, havia um ensaio, ainda que parcial e tímido, de autocrítica, com uma referência à “guinada neoliberal a partir de 2015”, ou seja, ao estelionato eleitoral de Dilma, como um erro do partido.

Havia também uma menção à “dificuldade” do PT em combater a pecha de “corrupto” – embora não se falasse da origem dessa dificuldade, isto é, do roubo praticado pelo partido, através de esquemas de propina na Petrobrás e nos fundos de pensão das estatais.

No entanto, nem isso vingou. Na reunião, os integrantes da corrente majoritária, intitulada “Construindo um Novo Brasil” (CNB), não aceitaram as críticas ao governo Dilma.

A própria presidente da sigla, Gleisi Hoffmann, declarou que “não queremos um texto que analise os governos anteriores”.

Dilma, com a costumeira falta de simanco, pegou a palavra para defender o seu governo e não conseguiu acabar de falar. Depois de algum tempo – e do incômodo visível (e audível) do plenário – Gleisi Hoffmann chamou sua atenção para o tempo que já tinha tomado da reunião. Dilma fuzilou-a com os olhos e disse que iria continuar: “vou defender meu governo”.

No fim, até as tímidas menções aos erros de seu governo foram retiradas do texto.

O documento, apresentado pelo Diretório Nacional após dois dias de

reunião, em Brasília, diz que “Lula segue como a principal liderança da esquerda brasileira. Por isso declaramos que continuaremos na luta pela liberdade e pela anulação de todas as sentenças injustas. Lula Livre!”.

Quanto aos motivos da debêcle do governo Dilma e do resultado das eleições, diz o documento que “desde o final do segundo turno de 2014, as classes dominantes brasileiras, seus representantes e aliados políticos, midiáticos, em partes do judiciário, nos corpos de segurança, articulados com algumas forças externas desencadearam uma ofensiva brutal às conquistas sociais e os avanços políticos das classes populares obtidos em nossos governos”.

A culpa, portanto, é das classes dominantes, da Justiça e do escambo. O PT – Lula, Dilma, etc. – não tiveram nenhuma responsabilidade.

Mas o PT cobra dos outros submissão à sua suposta hegemonia, se apropriando dos 15 milhões de votos a mais que Haddad teve no segundo turno – como se esses votos não fossem de pessoas que não queriam o PT, mas queriam Bolsonaro menos ainda.

E, aliás, algo estéril transformar Fernando Haddad em “nova liderança nacional do Partido”. Quanto a dizer que ele “simbolizou aspectos de renovação política e social de que o PT é capaz”, aí já estamos no terreno do famoso pensador Rolando Lero.

Haddad, por sinal, não foi à reunião do PT, pois está nos EUA para participar de um evento denominado “What went wrong when Brazil went right?” (“O que deu errado quando o Brasil foi para a direita?”).

Ao ser perguntado, nesse evento, quando o PT faria autocrítica, Haddad respondeu que “nunca cobramos autocrítica nem da ditadura militar nem dos governos anteriores, só do governo do PT”.

De onde se conclui que o PT quer o mesmo tratamento que o povo deu à ditadura ou ao governo Collor.

Talvez, finalmente, tenha alguma razão.



Deputado defende a discussão do projeto no Plenário da Câmara por se tratar de uma cláusula pétrea da Constituição: a liberdade de expressão

O objetivo deles é de colocar apenas um partido dentro das escolas, disse Danilo Cabral (PSB-PE)

O deputado Danilo Cabral (PSB-PE), criticou o Projeto de Lei (PL) 7180/2014, intitulado Escola Sem Partido. Segundo ele, trata-se de “cortina de fumaça” criada pelos apoiadores de Bolsonaro para não “jogar a lupa sobre as questões centrais da Educação brasileira” e colocar apenas “um partido” dentro das escolas.

Danilo, que foi secretário de Educação de Pernambuco durante a gestão de Eduardo Campos, é o atual presidente da Comissão de Educação da Câmara de Deputados e é membro da Comissão que analisa o projeto, considera que o nome dado ao projeto de lei esconde seu conteúdo. “Eles colocam um nome que leva quem não se ativer a ler minimamente o conteúdo a ter uma simpatia pelo projeto. Não queremos uma escola com partido, mas eles querem uma escola com um partido. A verdade é essa. Os que querem doutrinar no ambiente da escola são os que falam em nome da Escola Sem Partido”.

“Nós defendemos que a escola não deve ter doutrinação ideológica, deve ser aberta ao debate de ideias, com liberdade de pensamento e expressão. Não podemos podar, que é o que faz o Projeto. É uma mordada. O projeto não é nem capaz de identificar a doutrinação, aí fica uma coisa fofa”, disse em entrevista à Hora do Povo.

Além deste aspecto autoritário, Danilo identifica no projeto uma tentativa de abafar os reais problemas da Educação. “Conheço a educação por dentro e sei que esse é um debate completamente estéril. Não joga a lupa sobre as questões centrais da educação brasileira. Ele está, na verdade, jogando uma grande cortina de fumaça”.

“A população está preocupada não com o tema da ‘escola sem partido’, que é essa suposta doutrinação, mas com uma escola sem professor valorizado, sem ensino



Presidente da Comissão de Educação da Câmara dos Deputados critica o projeto: “É uma mordada”

integral, sem financiamento, criança sem ter acesso à creche”, afirmou.

“Onde está o financiamento pra Educação? As creches que estão paradas nos municípios porque os prefeitos não tem dinheiro pras obras? E a Reforma do Ensino Médio? O acesso à Universidade? A assistência estudantil pros jovens que deixam as Universidades porque foram cortadas as bolsas científicas? Onde está esse debate? vamos ficar debatendo isso [Escola Sem Partido]?”, questionou.

“O fato de Bolsonaro colocar isso com tanta prioridade entre seus projetos mostra a precariedade de sua leitura sobre os problemas da educação brasileira”, disse.

EDUCAÇÃO

“Eu participo lá, lutando, mas sinto certa indignação com a perda de energia que nós temos nesse momento que o Brasil precisa de tanta energia pra se reencontrar. Podíamos estar debatendo isso, mas eles insistem em ficar na escola sem partido”, admitiu.

A proposta de censurar os

professores “vem estimulando o ambiente de acirramento dentro do espaço da educação, da sala de aula. Temos várias situações de prática e conduta de intolerância na relação entre aluno e professor. O professor que está hoje com uma atividade que está aquém do respeito que merecia da sociedade, mesmo antes do Escola Sem Partido havendo prática de violência contra o professor na sala de aula, mas com certeza o projeto tem incentivado ou legitimado essa violência”.

Danilo vê similaridades entre as ordens de juizes bolsonaristas de mandar a polícia tirar bandeiras antifascistas de Universidades com o projeto. “Na época, houve uma manifestação contundente dos ministros [do STF] criticando o movimento e determinando a saída imediata da polícia. Eles [os ministros] colocavam, fundamentalmente, que a Universidade é um ambiente onde tem que ser respeitada a liberdade de cátedra, o livre pensamento. E é esse debate que está presente também no Escola Sem Partido”.



Governador foi preso na semana passada

Inquérito policial revela que Pezão viajou para a Europa com comparsas

Sob sigilo até o último sábado (1º), o pedido de prisão preventiva do governador do Rio, Luiz Fernando Pezão (PMDB), do último dia 29, foi revelado denunciando uma viagem à Europa em 2011 do peemedebista com Cláudio Fernandes Vidal e Luiz Alberto Gomes Gonçalves, conhecido como Beto, que também estão presos e são sócios da JRO Pavimentação, empresa suspeita de diversas irregularidades em contratos com o estado do Rio.

A viagem mencionada no pedido de prisão preventiva dos três, feito pela procuradora-geral da República, Raquel Dodge, e aceito pelo ministro Felix Fischer, do STJ (Superior Tribunal de Justiça), foi a passeio, de acordo com a denúncia de Carlos Miranda, ex-operador de propinas para o ex-governador Sérgio Cabral (PMDB) e que tem acordo de colaboração premiada.

De acordo com o Ministério Público Federal (MPF) os dois empresários são amigos de Pezão e segundo um documento da Polícia Federal mencionado no pedido de prisão, o trio viajou do Rio para Paris em um voo da Air France no dia 16 de junho de 2011.

O que reforça a suspeita do elo entre Pezão e os sócios da JRO são as afirmações de Miranda, no qual Pezão teria recebido R\$ 1 milhão a título de “participação nos lucros” nos esquemas de corrupção. Segundo o ex-operador, o episódio ocorreu em 2008. O pagamento a Pezão, na época vice-governador, teria ocorrido por ordem do então governador Sérgio Cabral. Pezão teria então dito a Miranda para que entregasse o dinheiro a Beto, da JRO.

Miranda disse a PF que entregou metade do dinheiro a Beto em espécie em um apart-hotel no Leblon, bairro nobre da zona sul carioca, em dezembro de 2008. A outra metade teria sido entregue a Beto por Sérgio Castro de Oliveira, conhecido como Serjão ou Big, que era assessor de Cabral.

De acordo com o MPF, entre 2007 e 2014, a JRO pagou propinas de 5% sobre o valor de contratos com o estado do Rio. Segundo documentos do Tribunal de Contas do Estado do Rio (TCE-RJ) citados pelo MPF, a JRO recebeu R\$ 69,3 milhões decorrentes de contratos com a Secretaria Estadual de Obras e com o Departamento de Estradas de Rodagem (DER-RJ) entre 2004 e 2014. Há indícios de que a empresa participou de esquemas de corrupção nos dois órgãos.

Para Dodge a prisão de Pezão é necessária porque o governador assumiu a liderança do esquema de corrupção no Rio, que era comandada pelo ex-governador Sergio Cabral.

Segundo a procuradora-geral, nenhuma outra medida, como uma prisão temporária, “seria bastante para cessar a influência dos expoentes da organização criminosa na corrosão da administração do Rio de Janeiro”.

O MPF ainda afirma que as movimentações bancárias de Pezão não mostram saques de dinheiro “durante anos”, o que seria “indício de que ele pode ter dinheiro que se encontra à sua disposição, de forma oculta do sistema bancário oficial”.

O pedido de prisão também traz a transcrição de uma conversa telefônica em que Pezão é comunicado que, durante uma inspeção do Ministério Público Estadual no presídio de Bangu 8, no dia 24 de julho deste ano, Cabral não atendeu a uma ordem de ficar de frente para a parede.

Pezão: “O que é que posso, o que você acha que posso fazer aí, o que dá pra gente fazer?”

Interlocutor: “Ô, governador, acho que talvez falar com o diretor aqui vê se, assim...”

Pezão: “Tá”.

Pezão conclui: “Vou entrar no circuito, tá bom?”.

Essa conversa é apontada como mais um indício de que Pezão segue alinhado com a organização criminosa atualmente.

Além dos motivos que levaram à prisão do governador, o pedido de prisão traz 25 bilhetes em que o nome de Pezão e apelidos ligados a ele aparecem ao lado de valores, que, somados, ultrapassam R\$ 2,2 milhões.

A Polícia Federal e a Receita Federal tentam encontrar parte dos recursos que teriam sido desviados pelo esquema de corrupção comandado pelo governador Rio. A análise de duas contas bancárias mostra que ele quase não sacava dinheiro delas. Investigadores dizem que isso leva a crer que ele usava recursos financeiros de contas de terceiros ou que tenha muito dinheiro vivo guardado.

“Equiparar os índios a animais em zoológicos é inaceitável”, diz CIMI

O Conselho Indigenista Missionário (Cimi), considerou inaceitáveis as declarações do presidente eleito, Jair Bolsonaro (PSL), de comparar as reservas indígenas no Brasil a “jaulas de zoológico”. Para a entidade, são graves e preocupantes as recorrentes declarações do presidente eleito sobre os indígenas.

Na última sexta-feira (30), o recém eleito Jair Bolsonaro (PSL), comprou as reservas indígenas a jaulas de zoológico, logo após voltar afirmar que não vai apoiar a demarcação de terras indígenas no país em seu governo.

“Bolsonaro insiste em equiparar os povos a animais em zoológicos, o que é, por si só, inaceitável. Ao fazer isso, o presidente eleito sinaliza que os povos podem ser caçados e expulsos por aqueles que

têm interesse na exploração dos territórios indígenas e que pensam como ele”.

Ainda, segundo a nota, o presidente eleito retoma o discurso integracionista, marca dos governos ditatoriais das décadas de 1960 a 1980. A ideologia do integracionismo deu margem para ações de agentes estatais e privados que resultaram no assassinato de ao menos 8 mil indígenas no período citado, como atesta o Relatório da Comissão Nacional da Verdade.

Com isso, ao afirmar que as demarcações de terras indígenas no Brasil teriam origem em pressões externas, o presidente eleito falta com a verdade. O fato é que a Constituição Brasileira de 1988, que em seu Artigo 231 reconhece a legitimidade e o direito dos povos indígenas à sua organização social, aos seus usos, costumes, crenças,

tradições e às suas terras originárias; é a mesma Lei Maior de nosso país que obriga o Estado brasileiro a promover a demarcação, a proteção e fazer respeitar todos os seus bens nelas existentes.

Por fim, é inequívoco que as palavras do presidente eleito servem de incentivo e referendam as ações que atentam contra a vida dos Povos Indígenas no Brasil, antagônicas, portanto, ao dever do Estado de efetivar as demarcações, a proteção dos territórios e da vida destes povos.

Ao final da nota e diante de tantas agressões relatadas, o Cimi manifesta irrestrita solidariedade aos 305 povos indígenas brasileiros e reafirma o compromisso histórico e inquebrantável de estar junto com os mesmos na defesa de suas vidas e seus projetos de futuro.

Onyx confirma extinção do Ministério do Trabalho, que vai ser pulverizado



Em novembro, servidores do Ministério o protestaram contra o fim da pasta

Funções do Ministério do Trabalho serão desmembradas entre as pastas da Justiça, da Economia e Cidadania

O Ministro de transição do governo eleito e futuro chefe da Casa Civil, Onyx Lorenzoni (DEM), confirmou na segunda-feira (3), que o Ministério do Trabalho deixará de existir no governo de Jair Bolsonaro. Criado na era Vargas, o Ministério do Trabalho celebrou 88 anos de existência no dia 26 de novembro.

Lorenzoni afirmou nesta manhã em entrevista na Rádio Gaúcha que as funções do Ministério do Trabalho serão desmembradas entre as pastas da Justiça, Economia e Cidadania. "O atual Ministério do Trabalho, como é conhecido, ele ficará uma parte no ministério do doutor Moro, outra parte com Osmar Terra e outra parte com Paulo Guedes", disse.

Segundo Lorenzoni, a pasta da Justiça, comandada por Sérgio Moro, cuidará da concessão de cartas sindicais, e disse que acha que a pasta poderia se responsabilizar também pela fiscalização do trabalho escravo. Já a estrutura ligada ao emprego será parte do Ministério da Economia de Paulo Guedes, e outra parte ficaria com a pasta da Cidadania, cujo titular será Osmar Terra (MDB).

Defensor do fim dos direitos conquistados pelos trabalhadores ao longo das décadas, o presidente eleito, Jair Bolsonaro, chegou a anunciar no início de novembro

que pretendia extinguir o Ministério do Trabalho, tornando a pasta que existe desde 1930 em uma secretaria do Ministério da Indústria e Comércio. Entretanto, como houve pressão por setores da Justiça do trabalho, auditores fiscais e do movimento sindical, Bolsonaro tentou tapear os reclamantes, afirmando uma semana depois que Ministério do Trabalho continuaria com status de ministério.

"O Trabalho vai continuar com status de ministério. Não vai ser secretaria, não... Vai ser ministério disso, disso e Trabalho. É igual o Ministério da Indústria e Comércio, é tudo junto, está certo? O que vale é o status", afirmou Bolsonaro naquela data.

Para o presidente da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), Adilson Araújo, a extinção do Ministério do Trabalho significa uma carta branca para que empresários e fazendeiros possam impor trabalho análogo ao escravo e explorar impunemente o trabalho infantil. "Vai na contra-mão da Constituição e de um Brasil democrático e justo, é um baita retrocesso. O Ministério do Trabalho desempenha importante papel na promoção do emprego e do desenvolvimento nacional e na progressiva humanização das relações sociais de produção, hoje submetidas a condições cada vez mais degradantes" disse Araújo.

Programa de Saúde da Família tem verbas federais congeladas há 11 anos

Os repasses federais para o Programa de Saúde da Família estão congelados há 11 anos. O programa, criado em 1994 para ser a primeira célula da atenção básica de saúde, hoje é conhecido como Estratégia de Saúde da Família.

Segundo o Ministério da Saúde, em setembro, existiam 43.639 equipes de atenção básica, que atendiam 134 milhões de pessoas, aproximadamente 65% da população, o maior índice registrado na história do programa, crescendo desde que foi criado, em especial depois do programa "Mais Médicos", que visava suprir vagas em regiões onde havia dificuldade para completar o quadro.

O pagamento da equipe tem uma parcela que precisa ser suprida pelos governos municipais. Os municípios mais pobres recebem R\$ 10.695 por equipe e os mais ricos recebem o valor de R\$ 7.130. Desde 2007 esses valores permanecem congelados.

Para os municípios que participam do "Mais Médicos", o Ministério da Saúde destina o valor de R\$ 11.244 ao médico e mais R\$ 4.000 para o município. Contudo, a Confederação Nacional dos Municípios (CNM) diz que uma equipe de Saúde da Família custa R\$ 45 mil, em média, ao cofre municipal.

"Esses valores repassados não são suficientes para custeio da equipe, e os municípios entram com a maior parcela. [...] Além do médico, há o enfermeiro, dois técnicos, uma pessoa para limpar o posto, três para vigiar, motorista, uma pessoa para a farmácia e as contas de água, energia, internet e material", pontua Leopoldina Feitosa, presidente do Conselho de Secretários Municipais de Saúde do Piauí, estado que tem a maior cobertura do PSF: 99%.

Nos estados maiores com áreas de difícil acesso, os municípios estão com maiores dificuldades ainda de custear as equipes. O maior problema ainda é a falta de médicos nas cidades mais pobres. "O deslocamento dos profissionais para fixação é difícil. A nossa formação médica é muito dissociada da pobreza", diz Charles Tocantins, presidente do Conselho de Secretários Municipais de Saúde do Pará.

O Ministério da Saúde confirmou o congelamento dos valores pagos pelos municípios, mas afirma que o dinheiro destinado para a atenção básica cresceu. Em 2010, foram investidos R\$ 9,8 bilhões. Para 2018, está previsto um aporte de R\$ 21,8 bilhões. "Cabe ressaltar que, diante da dificuldade relatada pelas prefeituras de arcar com salários que podiam chegar a R\$ 30 mil mensalmente por médico, o Mais Médicos veio para garantir e ampliar o número de profissionais na atenção básica, tanto para compor equipes de saúde da família que estavam sem o médico como para atender em unidades básicas em que gestor tinha dificuldade de contratação", justificou a pasta.

Contudo, a saída dos cubanos vai comprometer quase metade de todos os profissionais que atuam no Mais Médicos. Segundo dados do Ministério da Saúde, eles preenchiam 8.332 das 18.240 vagas do programa, o equivalente a mais de 45% do total de médicos.

Segundo a CNM, "a presente situação é de extrema preocupação, podendo levar a estado de calamidade pública". 28 milhões de pessoas serão afetadas diretamente pela saída dos médicos, uma vez que 1.575 municípios só têm acesso à saúde por conta dos cubanos. Os médicos cubanos deixaram o país após as declarações raiosas de Jair Bolsonaro em novembro.



Servidores do RG fizeram protesto no dia 27 pelo pagamento do 13º salário

Servidores de 6 estados não sabem quando receberão 13º

Servidores públicos dos estados do Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Pernambuco, Sergipe, Minas Gerais e Rio de Janeiro não sabem quando receberão o 13º salário. No Rio Grande do Sul e no Rio Grande do Norte, o 13º do ano passado nem se quer terminou de ser pago. Rio de Janeiro já anunciou que irá atrasar a primeira parcela e em Minas Gerais e Pernambuco não há previsão para o pagamento.

O governo do Rio Grande do Norte diz não ter condições de planejar o pagamento do 13º deste ano, pois ainda não tem dinheiro para terminar o pagamento do salário de 2017. "Nós concluímos esta sexta (30) a folha de outubro. Então, agora nós temos que cuidar da folha de novembro e tentar, com os recursos extraordinários, pagar o 13º de 2017, que ainda aguarda o pagamento", afirmou Tatiana Mendes Cunha, secretária de Gabinete Civil do RN. O governo deve deixar para 2019 o pagamento desse mês de dezembro.

Os servidores do RN organizaram protesto na última terça-feira (27) para garantir o pagamento em dia dos salários de novembro, dezembro e do 13º salário. O estado ainda depositou o 13º do ano passado dos funcionários que recebem acima de R\$ 5 mil e não pagou integralmente o salário de outubro aos que ganham mais de R\$ 6 mil.

Segundo Fernando Freitas, presidente do Sindicato dos Auditores Fiscais do Rio Grande do Norte, falta cerca de R\$ 180 milhões pra fechar as duas folhas que estão em aberto. Os funcionários públicos temem que os pagamentos de novembro, dezembro e o 13º de 2018 também sejam comprometidos. "Se não houver sensibilização de outros Poderes em pactuar um plano de emergência para entrar em vigor nos próximos dias, poderemos encerrar o exercício com R\$ 1,2 bilhão retido de folha de pessoas, referente aos meses de novembro, dezembro e os décimos terceiros salários de 2017 e 2018. Um pacto em defesa do salário", diz o presidente do Sindicato dos Auditores Fiscais do Estado, Fernando Freitas.

Já no Rio Grande do Sul, o governo do estado vai atrasar o décimo terceiro pelo terceiro ano seguido e encaminhou projeto para a assembleia Legislativa prevendo o parcelamento do salário em 12 vezes. Ao funcionalismo do estado ainda resta receber o 13º de 2017, além disso, recebem os salários atrasados há 35 meses.

O Sindicato dos Servidores Públicos do Rio Grande do Sul (SINDSEPE/RS) já entrou na Justiça para garantir o pagamento dos salários, mas mesmo com ganho de causa, os funcionários públicos ficam sem receber. "Teve medida para que o governo pagasse em dia, mas não cumpre, alega que não tem dinheiro. [...] Estamos vendo agora nos próximos dias para ver o que podemos fazer. Os servidores estão numa situação muito difícil", diz o diretor da entidade, Paulo Humberto Gomes da Silva.

Em Minas Gerais, a Secretaria de Estado da Fazenda informou que não há previsão de data para os pagamentos e que não existe uma data-limite para o pagamento. Desde fevereiro de 2016 os salários são pagos de forma escalonada, em boa parte, com atrasos. O décimo terceiro do ano passado foi pago em 4 parcelas de janeiro a abril de 2018.

O Sindicato dos Servidores em Serviço Público do Estado de Minas Gerais (Sindpúblicos), o Sindicato Único dos Trabalhadores e Trabalhadoras em Educação (Sind-UTE/MG) e o Sindicato Único dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Saúde de Minas Gerais (Sind-Saúde-MG), dentre outros, aguardam serem chamados pelo governo mineiro para conversar na próxima semana sobre a data de pagamento. O calendário de parcelamento do salário referente a novembro também é esperado.

O governo de Pernambuco confirmou em nota que o 13º salário está previsto para ser pago até o dia 20 de dezembro.

A secretaria de Estado de Fazenda e Planejamento do Rio de Janeiro divulgou nota na quinta-feira (29) se comprometendo a pagar o 13º salário em dezembro, assim como o pagamento do mês de novembro para o 10º dia útil de dezembro, de acordo com o calendário oficial.

O governo sergipano pretende parcelar a segunda metade do 13º salário no primeiro semestre de 2019, com um bônus de 12,42%. O servidor que quiser ter seu salário integralmente em dezembro, nesse caso sem o bônus, poderá tê-lo por meio de uma operação de crédito com o Banco Estadual de Sergipe (Banese), com o estado pagando os juros. A famosa enrolação.

Adesão ao programa "Mais Médicos": despir um santo para tapar o outro

O Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems) divulgou na última quinta-feira, 29, que grande parte dos médicos que aderiram ao novo edital do programa "Mais Médicos" estavam antes ligados ao Saúde da Família e outros serviços do SUS, como hospitais e UPAS. Para o presidente do Conasems, Mauro Junqueira, "ao invés de somar profissionais, esse novo edital está trocando o problema de lugar".

"Se o médico sai de um serviço do SUS para atender em outro, o município de origem fica desassistido, independente se esse médico se desloca da atenção básica ou da especializada, principalmente em relação ao norte e nordeste onde todos os estados têm municípios com perfil de extrema pobreza e necessitam da dedicação desses profissionais que já estão trabalhando", denunciou Junqueira.

O Conasems realizou um levantamento que aponta que existe uma migração de médicos em todos os estados do país e inúmeros pedidos de desligamento de profissionais das equipes tradicionais do SUS para o programa Mais Médicos.

A entidade cruzou dados do próprio órgão com a lista dos profissionais já em atuação no país disponível no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), que obteve junto ao Ministério da Saúde, e identificou – com base na última relação nominal de médicos divulgada pelo ministério –, que

listava 7.271 profissionais alocados nos municípios, de um total de 8.517 profissionais inscritos no Programa "Mais Médicos", anunciado pelo governo, na última quinta-feira (29).

Segundo o balaço da entidade, do total de profissionais alocados, 2.844 atuavam na Estratégia de Saúde da Família. O conselho estima que esse número de médicos que já atuavam no SUS seja ainda maior e corresponda a até 3.500 inscritos, segundo dados preliminares realizados pelos Conselhos das Secretarias Municipais de Saúde.

"Em Roraima, das 43 vagas ofertadas, 36 médicos inscritos já trabalhavam no SUS, praticamente todos no próprio estado. O Acre conta com 104 vagas no edital, 79 médicos se inscreveram até o momento, desses, 57 tem vínculo no CNES. Na Bahia, mais de 400 médicos dos 765 inscritos trabalhavam na Estratégia de Saúde da Família. No Rio Grande do Norte, a taxa atingiu mais de 70%, dos 139 profissionais alocados, 98 já estavam vinculados ao serviço público. A Paraíba detectou que 60% de 128 médicos que se apresentaram estão saindo de seus postos no SUS. No Amazonas foram ofertadas 322 vagas, 188 já foram preenchidas, dessas, 95 profissionais já atuavam na saúde pública. O Amapá tem 76 vagas, dos 49 profissionais inscritos até o momento, 26 possuíam vínculo. Em Tocantins, 27 médicos inscritos trabalhavam em Unidades Básicas de Saúde e pediram demissão para participar do Programa, que vai alocá-los em outras UBS para

prestar praticamente o mesmo trabalho que já realizavam", explica o Conasems.

O Conselho afirma que a migração dos médicos da Saúde da Família e outros serviços do SUS acontecem porque o programa oferece bolsas de R\$ 11,8 mil (valor superior à média do Norte e Nordeste), pagamento de ajuda de custo pelo município que varia entre mil e três mil reais para cada profissional, e carga horária semanal de 32 horas de trabalho e oito horas dedicadas às atividades de ensino, pesquisa e extensão.

O diretor do Departamento de Planejamento e Regulação da Provisão de Profissionais de Saúde do MS, Denilson Campello, esclarece que o edital do programa especifica que essas trocas podem ser feitas dentro dos perfis de vulnerabilidade especificados no edital. "Os municípios podem migrar dos perfis 1 a 6 para o perfil 7 (extrema pobreza) ou 8 (distritos indígenas), mas o contrário o Sistema não permite. No entanto, o levantamento detectou que existe uma forte migração de médicos de municípios de perfil 7 para outros municípios do mesmo perfil, ou seja, o médico está pedindo demissão da Estratégia de Saúde da Família de um município de extrema pobreza para assumir uma vaga do Mais Médicos em outro município de extrema pobreza ou em uma "área de vulnerabilidade" (perfil 6), denunciou Campello.

Fim do Ministério da Cultura: A história do sofá se repete

OSWALDO AUGUSTO DE BARROS*

Não é com arrependimento que se conserta um ato falho, muito menos se administra a história de uma nação.

Somos um país contínuo, miscigenado na cor, nos hábitos, nos ritmos, na arquitetura, na fé e em tudo aquilo que nos faz uma nação. Não somos apenas um amontoado de pessoas.

Temos História que além de ser preservada deve ser respeitada.

Nossa identidade cultural nos faz diferentes e atraentes aos olhos do mundo, que se encanta com nosso sorriso, nossa disposição para ser feliz, nosso jeito simples de tratar todos muito bem.

Tudo isso é fruto de nossa Cultura ou de nossa Educação. Na hora de analisarmos melhor quem somos, Educação e Cultura

se tornam irmãs siamesas. Indivisíveis, porque se completam.

Se ocorrerem desacertos, incompetência ou má administração, que os organismos especializados denunciem e a punição será consequência.

Acabar com o Ministério da Cultura é impedir que toda uma estrutura que preserva o Patrimônio Cultural Brasileiro esteja atenta e denuncie os abusos no uso de verbas públicas.

Senhor Presidente, impossível imaginar que o único setor que sobreviveu com crescimento de suas atividades, seja o responsável pela terrível crise econômica que vivemos.

Tenham a coragem de planejar a melhoria de nossa Pátria, em todos os ramos de atividade, em especial à expressão de nosso povo.

Oposição exige saída de Netanyahu após polícia pedir seu indiciamento

A polícia e Autoridade de Segurança de Israel declaram haver concluído, neste domingo, dia 2, suas investigações e recomenda o indiciamento do primeiro-ministro, Benjamin Netanyahu, e sua esposa, Sara, assim como o chefe de uma rede de mídia Shaul Elovitch e sua esposa, Iris, por suborno e outras acusações de corrupção. As investigações integram uma operação denominada Caso 4000.

Este é a terceira operação em que a polícia recomenda que Netanyahu e sua esposa sejam processados. O comissário de polícia, Roni Alsheich, fez a declaração em seu último dia na função depois de três anos no cargo.

Na declaração de Alsheich, Netanyahu é declarado suspeito de receber propina e de conduta ilícita envolvendo conflitos de interesse quando ele levou adiante medidas que beneficiavam Elovitch, que controla a maior empresa israelense de comunicação, Bezeq, além do portal Walla News e mais dois outros sites de notícias.

Tudo isso está nos autos do Caso 4000 que traz os elementos de como Netanyahu usou suas funções de ministro das Comunicações, que acumulou com as de premiê, de 2014 a 2017. Entre as acusações a de que ele interviu diretamente para facilitar um negócio no valor de 1 bilhão de shekels (moeda israelense, em dólar o valor da transação ficaria em 270 milhões). Em troca, Elovitch presenteou Netanyahu com cobertura jornalística favorável.

Todas estas informações vieram à tona através de uma reportagem produzida pelo jornalista Gidi Weitz (jornal Haaretz) em novembro de 2015, na matéria intitulada "Agência de notícias israelense no bolso de Netanyahu".

A intervenção de Netanyahu foi além da produção de notícias e incluiu a indicação de redatores e repórteres.

Tzipi Livni líder do maior bloco de oposição, o Campo Sionista, pediu a renúncia de Netanyahu. Ele "deve ir pra casa antes que consiga destruir a instituição legal com a finalidade de salvar a própria pele".

"O povo de Israel merece uma liderança limpa. Eleições Já!", exigiu Livni.

O presidente do Partido do Trabalho, Avi Gabbay, também pediu que Netanyahu saia: "Um primeiro-ministro com tantos casos de corrupção em torno de si não pode continuar no posto. Cada dia que fique no governo é dano aos cidadãos."

Tamar Zandberg, líder do partido opositorista de esquerda, Meretz, destacou que "com uma terceira recomendação de indiciamento por suborno, não há mais espaço a dúvida. Um primeiro-ministro suspeito destas graves transgressões não pode sentar nem mais um dia em sua cadeira."

Netanyahu diz que "as recomendações não têm base legal."

"Não existe nada", insiste depois da demorada e cuidadosa investigação policial.

Seja como for, há o risco de um dos líderes preferidos de Bolsonaro, que já prometeu vir a sua posse, também envolvido em hediondos crimes de guerra, (o outro é Trump), fique por lá, impossibilitado de sair do seu país pela justiça israelense.

Tem início ação conjunta para a religação da linha ferroviária intercoreana

Em importante passo rumo à integração da Península coreana, um trem com engenheiros sul-coreanos e autoridades cruzou na sexta-feira a fronteira do Sul para o Norte, realizando uma pesquisa conjunta a fim de reconectar as duas malhas ferroviárias. A ligação dos sistemas de estradas de ferro integra acordos recém-firmados pelos presidentes do Norte e do Sul, Kim Jong-un e Moon Jae-in, incluindo o plano de sediar conjuntamente os Jogos Olímpicos de 2032.

"Isso assinala o começo de uma co-prosperidade do Norte e do Sul ao reconectar estradas de trem", celebrou a ministra dos Transportes do Sul, Kim Hyun-mee, lembrando que é a primeira vez, desde 2007, que isso acontece. Imagens de televisão mostraram uma locomotiva nas cores vermelha, branca e azul, com a mensagem "Iron Horse está correndo agora em direção à era de paz e prosperidade", deixando a estação sul-coreana de Dorasan, terminal mais próximo da parte ocidental da fronteira.

Conforme a ministra, a ligação dos sistemas contribuirá para expandir o "território econômico" do país até a Eurásia por terra, uma vez que a divisão da península durante décadas havia deixado o Sul geopoliticamente isolado do continente.

Com seis eixos, o trem transportou 28 sul-coreanos, incluindo engenheiros de transporte ferroviário. Carregou também 55 toneladas de combustível e um gerador de energia elétrica. A composição conta ainda com acomodações para trabalhar e dormir. Um dos vagões partiu lotado de água para banhos e lavanderia.

Na chegada à estação Panmun, o primeiro terminal do Norte após a fronteira, o comboio será ligado a um trem norte-coreano e retornará a casa.

Os sul-coreanos ficarão abrigados no trem enquanto inspecionam as linhas ferroviárias durante 18 dias. Uma delas liga as cidades de Kaesong e Sinuiju, próximas à fronteira da China, e a outra conecta o Monte Kumgang, na fronteira intercoreana, ao Rio Tumen, que cerca o Leste da Rússia.

As equipes percorrerão 2,6 mil quilômetros junto ao trem norte-coreano, informou a ministra. Antes da divisão da península, em 1948, havia duas linhas de ligação entre Norte e Sul.

RECONEXÃO

O sistema ferroviário havia sido reconectado em 2007, tendo funcionado provisoriamente por um ano para transporte de bens e suprimentos à zona industrial de Kaesong, gerida pelo Sul no Norte. Embora tenha sido alvo de ameaças de sanções, por conta da postura soberana do Norte em relação ao seu programa de mísseis, o Conselho de Segurança da ONU abriu uma exceção à pesquisa conjunta na semana passada. Segundo o governo de Seul, a pesquisa objetiva reunir informações sobre o estado do sistema ferroviário norte-coreano e eventuais trabalhos de restauração só começarão após o aval da ONU.

Para o presidente Moon Jae-in, é preciso incentivar as parcerias com Pyongyang, fortalecendo investimentos e projetos transfronteiriços como passos para a plena integração e desnuclearização da Península.

Também nesta sexta, uma fonte do Ministério da Defesa da Coreia do Sul comunicou que soldados sul e norte-coreanos concluíram a retirada de 20 postos de vigilância e de minas terrestres na fronteira. Nos locais, equipes militares vão procurar por restos humanos remanescentes da Guerra da Coreia (1950-1953) – a primeira busca conjunta.

Obrador toma posse para recuperar economia e fortalecer a democracia



"Vamos destinar recursos públicos e recuperar a soberania petroleira e elétrica", comprometeu-se López Obrador ao dirigir-se a uma multidão na praça do Zócalo

Com Paris sublevada, Macron fala em diálogo enquanto prepara mais repressão

Paris ficou coberta de fumaça negra, de focos de incêndio, e branca das bombas de gás lacrimogêneo que a polícia lançou na tentativa de parar a sublevação ocorrida na capital francesa no domingo, considerada a mais grave desde o levante de Maio de 1968.

Voltando do encontro do G20, o presidente francês, Emmanuel Macron, visitou o Arco do Triunfo ainda com funcionários da prefeitura retirando detritos das barricadas, carros carbonizados e estilhaços das bombas lançadas pela polícia ou apagando pichações proclamando "Fora Macron" e "Os Gilles Jaunes triunfarão" (Gilles Jaunes - Coletes Amarelos - como estão sendo denominados os manifestantes que, desde 17 de novembro, tomam as ruas da capital e de milhares de cidades francesas contra o aumento dos combustíveis – que no diesel chegou a 23%, impulsionado por uma abrupta elevação de impostos).

Durante todo o dia de sábado, além da avenida Champs Élysées, a conflagração se estendeu pelas ruas mais importantes de Paris.

Desde a prestigiosa casa Opéra até a avenida Foch, onde estão as mais valiosas residências parisienses, passando pela rua de Rivoli, o boulevard Haussmann e a avenida Raymond-Poincaré (que ficou tomada pela fumaça negra por várias viaturas tomadas por fogo que carros de bombeiros lutavam para apagar), muitas quadras de Paris foram teatro de cenas de violentos confrontos durante uma mobilização que trouxe às ruas 75 mil franceses apesar do aparato de mais de 5.000 policiais, revistando e barrando manifestantes em barreiras espalhadas por todo o centro da cidade, o que foi elevando a temperatura em um clima já tenso pela revolta contra as medidas antipopula-



Franceses se levantam contra arrocho de Macron

res do governo.

Viaturas atingidas por pedras e outras viradas e incendiadas, postes derrubados, troncos e galhos de árvores usados para erguer barricadas bloqueando ruas por todo lado, geraram uma situação que o jornal L'Humanité descreveu como "caos".

Bandeiras da França foram erguidas por manifestantes sobre o Arco do Triunfo enquanto por toda a cidade se ouvia o cheiro de queimado e se ouvia sirenes de carros de polícia e bombeiros.

Dos poucos carros que atravessavam as ruas da capital, motoristas agitavam das janelas seus coletes amarelos (de uso obrigatório para os motoristas franceses).

Pouco antes da reunião de emergência convocada por Macron, o porta-voz do governo, Benjamin Griveaux, chegou a declarar que o presidente estaria "considerando impor um estado de emergência".

O próprio Macron, que disse estar "aberto ao diálogo" e designou o primeiro-ministro, Edouard Philippe, para conversar com os políticos que apoiam o movimento e líderes dos Coletes Amarelos, em entrevista à rádio Europe 1, declarou: "Não vamos mudar de rumo. Estamos certos disso".

Embora os protestos tenham sido inicialmente contra o aumento de impostos de Macron – com o alegado objetivo de combater as mudanças

climáticas -, revelam uma profunda insatisfação com o arrocho que aflige a maioria dos franceses e mantem como centro de política econômica atender aos bancos.

A polícia diz que 400 pessoas foram presas e que 133 ficaram feridas, inclusive duas dezenas de integrantes da segurança. Cerca de 10 mil bombas de gás lacrimogêneo e granadas de efeito moral foram disparadas, além de canhões de água.

Apesar da sublevação o governo de Macron segue decidido a levar a repressão até as consequências cada vez mais graves ao invés de atender à população. A relação dos convidados para a reunião de emergência do domingo já mostra a intenção de resistir ao reclamo popular: o próprio Macron, o premiê Edouard Philippe, Christophe Castaner (ministro do Interior) e Laurent Nunez (chefe da Segurança). Nenhum dos participantes da chamada reunião de crise era ligado aos serviços sociais ou à economia do próprio governo; nem Muriel Pénicaud (Trabalho), nem Bruno Le Maire (Economia), ou Elisabeth Borne (Transportes), por exemplo, estiveram presentes.

A ministra da Justiça, Nicole Belloubet, que esteve na sede da Corte de Paris reunida com juizes que devem julgar os manifestantes e declarou: "Devemos dar uma resposta penal extremamente firme".

Partido Patriótico da Turquia denuncia ameaças dos EUA e da Ucrânia ao país

O presidente do partido turco Vatan (Patriótico), Dogu Perinçek e o vice-presidente da Secretaria de Relações Internacionais, Yunus Sone, denunciaram, dia 28, em entrevista coletiva, que Estados Unidos e Ucrânia firmaram um documento que atenta contra a soberania da Turquia e da Rússia se arrogando o direito de atuar para "deter projetos como o Turk Stream 2 [gasoduto que cria condições para o transporte do produto da Rússia para a Europa sem a atualmente obrigatória passagem pela Ucrânia]."

A declaração conjunta foi publicada no portal do Departamento de Estado dos Estados Unidos. Ela aconteceu dias depois da inauguração da primeira parte do gasoduto (que estabelece a passagem de gás da Rússia para a Turquia, faltando concluir o outro braço que é o que conecta a Turquia à Europa).

O presidente do Vatan, Perinçek, denuncia que o secretário de Estado dos EUA, Mike Pompeo, e o ministro de Relações Exteriores da Ucrânia, Pavlo Klimkin, se reuniram em Washington no dia 16 de novembro de 2018 e o resultado do encontro foi a declaração de "parceria estratégica" que inclui a determinação de barrar passagens alternativas para o gás russo rumo à Europa. "Um acordo perigoso", como qualificou Perinçek, estabelecendo uma "coordenação contínua" para "deter o projeto".

A vontade dos Estados Unidos e do seu parceiro, a junta nazista da Ucrânia (que chegou ao poder através de um golpe de Estado bancado pelos EUA), passa à condição de uma suposta "necessidade". "Ambas as partes também sublinham a necessidade de um trânsito contínuo de gás através da Ucrânia", diz o documento. De formas que os Estados Unidos se arvoram a garantir a "segurança energética da Europa."

De fato, muito seguro ficar dependente de um governo imposto pelos Estados Unidos aos ucranianos e ao próprio EUA. Como de costume, em momentos em que justifica intervenções agressivas, o porta-voz do Departamento de Estado dos EUA declarou à imprensa, à saída do encontro norte-americano com o representante da junta nazista ucraniana, que os EUA atuaram para "fortalecer as instituições democráticas da Ucrânia".

Na mesma declaração – citada pelos patriotas turcos – americanos e ucranianos se propõem a deter também a passagem através do mar Báltico até a Alemanha, o Nord Stream 2.

Para Perinçek o grave incidente no estreito de Kerch, quando a entrada não autorizada de barcos ucranianos em águas russas obrigou a marinha do país a entrar em ação para garantir a soberania da Rússia se insere no contexto das determinações do encontro em

Toma posse o novo presidente do México que coloca como compromissos centrais além da defesa da democracia, recuperar a indústria com centro na reabilitação de seis refinarias da Pemex

"Viva México!", foi o grito que ressoou no Congresso Geral ao final do pronunciamento de Andrés Manuel Lopez Obrador (que é conhecido também, no México como AMLO) ao tomar posse no cargo de presidente do país.

Do lado de fora, uma multidão acompanhou o candidato da coalizão Morena (Movimento de Renovação Nacional) que da tribuna prestou juramento no dia 1º de dezembro, comprometendo-se com as bandeiras que o levaram à vitória: a retomada do crescimento com soberania sobre as riquezas nacionais, incluindo o fortalecimento da estatal Petróleos Mexicanos (Pemex), e a luta contra a corrupção.

A saída do Congresso dirigiu-se ao povo que o saudava no Zócalo, a principal praça da capital mexicana.

Depois de afirmar que trabalhará valorizando a democracia, pediu que o afastem caso não consiga cumprir com os compromissos de campanha, já na praça, pediu ao povo: "Não me deixem só, sem vocês não valho nada ou quase nada".

Pediu também paciência ao povo, pois "estão nos entregando um país quebrado, sobretudo nas indústrias petroleira e elétrica".

Ele voltou a expor seu plano econômico de cem pontos que compreendem as áreas econômica, social e de segurança do país.

Entre as prioridades está a de impulsionar a educação, a ciência e a tecnologia nacional, ampliando vertiginosamente os investimentos. Conforme Obrador, já no próximo ano "estarão funcionando 100 universidades públicas com carreiras de acordo a cada região do país, para atender com educação de qualidade e gratuita, além de financiar a 64 mil vagas particulares no ensino superior".

Além disso, "se promoverá a investigação científica e tecnológica; se apoiará aos estudantes secundaristas e acadêmicos com bolsas e outros estímulos em favor do conhecimento", "com a participação de universidades, comunidades, cientistas e empresas".

Mais, será "cancelada a chamada Reforma Educativa, se estabelecerá o artigo 3º da Constituição o direito à educação gratuita em todos os níveis de escolaridade e o governo nunca mais ofenderá aos professores".

"Hoje começa o plano para apoiar os danificados de terremotos com trabalho, moradia e serviços públicos. Isso inclui um programa de construção e reconstrução de escolas, centros de saúde, edifícios públicos e templos que foram parte do patrimônio cultural do país".

"O direito à saúde se

Iraquianos fazem manifestação em Basra contra desemprego e corrupção

Fortes confrontos ocorreram entre as forças de segurança e dezenas de manifestantes diante de uma companhia petrolífera na cidade iraquiana de Basra, rica em petróleo, devido às altas taxas de desemprego no país, disse uma fonte bem informada.

Os manifestantes se reuniram do lado de fora da Basra Oil Company por 25 dias, exigindo oportunidades de emprego nas empresas de petróleo, disse a fonte ao canal de TV Dijlah na terça-feira.

Eles incendiaram materiais inflamáveis, como pneus, durante seu protesto,

fará realidade. O propósito é garantir aos mexicanos atenção médica e medicamentos gratuitos; começaremos nas unidades médicas de Seguro Social situadas nas zonas mais pobres do país e pouco a pouco se irá ampliando o programa".

"Dois milhões e 300 mil jovens desempregados se posse do candidato da coalizão Morena (Movimento de Renovação Nacional) que da tribuna prestou juramento no dia 1º de dezembro, comprometendo-se com as bandeiras que o levaram à vitória: a retomada do crescimento com soberania sobre as riquezas nacionais, incluindo o fortalecimento da estatal Petróleos Mexicanos (Pemex), e a luta contra a corrupção.

"Vamos destinar mais investimentos públicos para produzir com urgência mais petróleo, gás e energia elétrica e assim enfrentar a crise que deixaram os políticos neoliberais e os responsáveis da chamada reforma energética. Convoco aos técnicos e operários petroleiros, na ativa ou aposentados, a atuem com patriotismo como se fez nos tempos do general Lázaro Cárdenas, e a que voltemos a resgatar a indústria petroleira nacional. Serão reabilitadas as seis refinarias existentes e se iniciará, em poucos dias, a construção de uma nova refinaria em Dos Bocas, Paraíso e Tabasco, para conseguir que em três anos o México produza toda a gasolina que consumimos".

O presidente eleito afirmou ainda que já no primeiro dia irá "anistiar os presos políticos ou vítimas de represálias de caciques, funcionários ou governantes do antigo regime autoritário e serão canceladas acusações penais contra ativistas e lutadores sociais".

Aclamado por uma multidão emocionada, conscientes de que o país foi rapinado por décadas, reafirmou seu compromisso com o povo e o país: "Prefiro morrer a traí-los".

A seguir, AMLO, destacou que, apesar das evidentes dificuldades, "não é momento para dramatismos" e, prosseguiu: "Atuemos com otimismo e alegria porque temos a benção enorme de viver tempos interessantes. Um momento de estelar da nossa história porque em meio a todos começamos a construir a justiça, a felicidade que o nosso povo merece e uma nova vida".

Obrador dirigiu-se aos índios "aos quais dirijo meus principais compromissos, porque é uma ignomínia, uma vergonha, que vivam desde há séculos sob a opressão e o racismo e com a pobreza e a marginalização sobre suas costas".

E resumiu o rumo que tomarão os seus esforços: "A atenção do governo será dada a todos mexicanos sem distinção de nenhum tipo, mas se aplicará o princípio de: pelo bem de todos, primeiro os pobres".

paralisando a principal rua de Bagdá em Basra, acrescentou a fonte.

A recente escalada veio depois que o governo rejeitou suas exigências para conseguir empregos nas empresas de petróleo.

Basra, rica em petróleo, é uma das cidades do sul do Iraque que recentemente testemunhou protestos em massa contra o terrível estado da economia do país. Os manifestantes estão se mobilizando contra os serviços públicos e a corrupção. Eles também exigem oportunidades de emprego e melhores serviços públicos.

Ucrânia: a foice de Maidan

HIGINO PÓLO

Mais de quatro anos após o golpe de Maidan, inspirado e apoiado pelos Estados Unidos, a economia ucraniana está em uma situação catastrófica: muitos a comparam com o desastre causado pelo bêbado Yeltsin na Rússia dos anos noventa. A dívida externa já chega a 50 bilhões de dólares, o PIB se reduz (é menor que o do Marrocos e nem chega à metade do da Romênia), a indústria definha, e o item mais importante do orçamento é o dedicado ao pagamento de juros sobre a dívida. A Ucrânia tornou-se um Estado falido, incapaz de assumir seus compromissos.

O orçamento para 2019 está diretamente inspirado pelo Fundo Monetário Internacional, obriga que o governo aumente o preço do gás para a população e que os seus empréstimos sejam direcionados à estabilização da economia e não sejam investidos nas necessidades sociais, enquanto exige mecanismos para combater a gigantesca corrupção a fim de que os créditos concedidos não sejam roubados pelos tentáculos mafiosos de empresários e políticos. A corrupção anterior, sob Yanukovich, o golpe de Maidan acrescentou umas estruturas políticas que fomentam o ultra-nacionalismo, o ódio à Rússia, a perseguição aos comunistas e de tudo que recorde a União Soviética, e são baseadas em corrupção e subornos: nem uma única instituição escapa dessa realidade. A Ucrânia tornou-se o país mais pobre da Europa, perde população e a taxa da mortalidade quase duplica a do nascimento: no ano passado, para cada 100 mortes, houve apenas 58 nascimentos. A população passou dos 52 milhões, dos tempos soviéticos, para os atuais 44 milhões. Mesmo Yulia Tymoshenko, presidente do partido de direita Batkivshchyna, denuncia que o país está em um beco sem saída.

A guerra no Leste não parou; os acordos de Minsk não são cumpridos e a trégua é frequentemente violada ao longo dos quinhentos quilômetros da linha de frente no Donbass. O chefe da Missão da OSCE na Ucrânia, Alexander Hug, disse que quando deixou o cargo, nada havia mudado nos últimos quatro anos de guerra. serviços secretos ucranianos estiveram implicados no ataque que matou o presidente do Donbass, Alexander Zakharenko no final de agosto de 2018, e a tensão com a Rússia se estendeu ao Mar de Azov: Os Estados Unidos ofereceram barcos de patrulha para a Ucrânia e a OTAN quer realizar patrulhas marítimas, enquanto se levantam vozes em Kiev, como a do ministro das Relações Exteriores Pavlo Klimkin, para que a Ucrânia denuncie o acordo de 2003 com a Rússia sobre o mar de Azov. O embaixador russo na ONU, Vasili Nebenzia, denunciou que os Estados Unidos e a União Europeia aceitam o descumprimento dos acordos de Minsk por parte da Ucrânia, enquanto responsabilizam Moscou da situação, como fizeram no final de outubro o ex-presidente francês Hollande e o polonês Kwaśniewski.

Em 14 de outubro de 2018, no aniversário do exército OUN de Stepan Bandera, milhares de nazistas desfilaram com tochas pelas ruas de Kiev, presididos por Oleh Tyahnybok, dirigente de Svoboda, ante a complacência do governo, e o Exército de Voluntários da Ucrânia, liderada por Dimitri Yarosh, deputado e líder do partido fascista Pravy Sektor, foi integrado ao exército regular ucraniano. O grupo recorre à tortura e ao assassinato de prisioneiros.

A população nada espera das próximas eleições. A Ucrânia é hoje um país em ruínas, que viu fazendas humanas aparecerem, onde mulheres jovens dão luz a crianças que serão comprados por beneficiários daquela mentira repugnante chamada “gravidez substituída”; onde há acampamentos para milhares de crianças que recebem treinamento militar, entre canções nacionalistas, skinheads e escolas de extrema direita, em lugares como Líder, perto de Kiev, ou na fronteira com a Polónia; e onde Kurt Volker (veterano agente da CIA, ex-embaixador dos EUA na OTAN e agora representante especial para a Ucrânia, nomeado por Trump) tem mais influência do que o próprio presidente golpista, Poroshenko, o guardião da foice de Maidan.

Publicado pelo site Rebelión e originalmente divulgado pelo Mundo Obrero

Bayer-Monsanto anuncia corte de 12 mil empregos

O conglomerado Bayer-Monsanto anunciou a supressão de 12.000 empregos em várias partes do mundo até 2021.

O monopólio do agrotóxico fará cortes em seu setor agroquímico, com cortes de 4.100 postos, bem como no de produção de medicamentos de venda livre e pesquisa e desenvolvimento.

O anúncio da multinacional não informa quantos postos serão fechados no Brasil. O site da Bayer informa que a empresa tem duas unidades no país, além da sede, localizada na capital paulista.

Em São Paulo, no bairro do Socorro, zona sul da cidade, fica a fábrica Cancioneiro, especializada

na produção de medicamentos hormonais sólidos, como pílulas anticoncepcionais.

Em Belford Roxo, na região da Baixada Fluminense, no Rio de Janeiro, está o Parque Industrial da Bayer, primeira planta de produção da Empresa no Brasil. No local são fabricados produtos da Crop Science e Saúde Animal.

O anúncio da fusão Bayer-Monsanto, feito em maio de 2016, e desde então levantou ainda mais preocupações sobre questões ligadas à saúde assim como aos efeitos nocivos provocados ao meio ambiente, seja pelo uso de produtos cancerígenos ou pelo uso de sementes geneticamente modificadas também danosas ao organismo humano.

EUA tem 1 milhão de mortos por overdose e suicídio desde 2007



Trump deixou seu 'mui amigo' Macri falando sozinho no G20 em Buenos Aires

G20: EUA e China acertam trégua de três meses na escalada da guerra comercial

Na cúpula do G20 – que reúne as 20 maiores economias do mundo – de Buenos Aires, EUA e China combinaram uma trégua de três meses na escalada da guerra comercial, com o adiamento do aumento das tarifas sobre metade das importações provenientes da China de 10% para 25%, previsto para entrar em vigor em 1º de janeiro de 2019. O acordo foi alcançado em reunião entre o presidente Xi Jinping e o presidente Donald Trump.

Como de costume, essas negociações sempre são cheias de emoções fortes – como naquele desmaio de Bush Pai na célebre viagem a Tóquio –, mas o acontecimento mais folclórico foi o papelão do presidente argentino Macri, anfitrião da cúpula, que ficou completamente desconcertado ao ser ignorado por Trump, na abertura, que passou direto por ele. Parecia cachorro – melhor dizendo, um lulu – em dia de mudança.

Na abertura, Trump e o presidente russo Vladimir Putin também se ignoraram, e sequer trocaram um aperto de mãos, depois que o americano desmarcou unilateralmente a reunião já definida, depois que seu ex-advogado pessoal o deixou em maus lençóis em depoimento em um tribunal. Embora Trump haja dito que

o cancelamento da reunião era “por causa da Ucrânia”. E o drama de Theresa May: seria sua despedida do G20? O príncipe saudita MBS conseguiu passar incólume, embora quase caindo da foto.

Ao contrário do que aconteceu no mês passado, quando a cúpula das economias da área do Pacífico (APEC) não conseguiu sequer emitir um comunicado final, o G20 divulgou declaração feita sob medida para evitar um confronto aberto e que todos pudessem admitir. O Wall Street Journal afirmou que os negociadores europeus chegaram a pensar que a vaca ia para o brejo.

Assim, a declaração registrou a contribuição do “sistema multilateral do comércio” para o crescimento da economia mundial, mas para atender Washington acrescentou que este “está aquém de seus objetivos e há espaço para melhorias”.

O documento se compromete com uma “necessária reforma da OMC”, embora ninguém saiba o que vai sair daí. O que ficará para a cúpula de Osaka, no Japão, no próximo ano.

Mas o que os EUA querem mesmo é continuar pressionando a China para que abra seu mercado aos

bancos americanos e para que recue em seu programa de domínio da alta tecnologia em curso, o “Made in China 2025”, que considera uma ameaça, e que combate sob o pretexto de “roubo da propriedade intelectual” ou “transferência de tecnologia forçada”, além da oposição ao megaprojeto chinês da nova rota da Seda.

Para a trégua na guerra comercial, Pequim repôs na mesa sua oferta de aumentar suas importações dos EUA de forma “muito substancial” em produtos agrícolas, industriais e de energia, apresentada em maio, e que Trump recusara. A cúpula também considerou o acordo do clima de Paris “irreversível” e anotou a decisão de Trump de se retirar.

Durante a cúpula, Trump, mais o presidente mexicano de saída, Peña Nieto e o primeiro-ministro canadense Justin Trudeau, assinaram o acordo Nafta 2.0, batizado por Trump como Acordo EUA-México-Canadá (USMCSA). Em Buenos Aires, a grande preocupação dos europeus foi evitar, ou adiar, a imposição das sobretaxas sobre as exportações de automóveis de 25%. A cúpula ocorreu na sexta-feira e sábado.

George Bush pai e seus crimes de guerra

“Que suas muitas vítimas em todo o mundo descansem em paz. George H W Bush morreu aos 94 anos”, registrou o site progressista norte-americano Common Dreams, em uma demolidora síntese da carreira de crimes contra a Humanidade e contra o povo norte-americano de Bush Pai, cuja passagem no sábado (1) mereceu enternecidas loas de criminosos de guerra como Clinton e Obama, coroando o coro de bajuladores, cúmplices e escroques. Também estão de luto fechado as Sete Irmãs, a CIA, o grupo Carlyle e Wall Street.

The Intercept pediu que “como uma figura pública com muito sangue inocente em suas mãos, seu registro deve ser examinado sem qualquer branqueamento”. Em três tuitadas, o jornalista Jeremy Scahill, traçou um quadro sumário de Bush Pai, a quem classificou de “um criminoso de guerra impenitente”. “Lembro-me de sentir um profundo sentimento de vergonha e raiva quando visitei o abrigo de Amiriyah no Iraque”, onde “George H W Bush matou mais de 400 civis encolhidos em 13 de fevereiro de 1991”.

Ainda Scahill: ele atacou “sistematicamente a infraestrutura civil no Iraque. Ele transformou hospitais em filhas da morte para bebês. Ele usou amplamente o urânio depletado, fazendo com que as taxas de câncer disparassem. Ele fez do Iraque um cemitério em massa. E a matança não parou desde então.”

Glenn Greenwald lembrou o perdão presidencial

de Bush Pai aos operativos do escândalo Irã-Contras, responsáveis por milhares de nicaraguenses mortos e por entupir de cocaína os guetos negros da América.

Foi ele também quem libertou em 1990 o terrorista e agente da CIA Orlando Bosch, responsável pelo atentado a bomba contra o vôo 455 da Cubana em 1976, que matou 73 pessoas.

Lance Karlson, dos The Noriega Papers, assinalou que “neste Natal serão 29 anos desde que George H W Bush ordenou a invasão do Panamá pelos EUA com o único objetivo de prender Noriega, o ex-agente da CIA que ‘sabia demais’”. Quase 3.000 civis foram mortos”.

A longa lista de crimes do velho, o jornalista e cineasta Kevin Gosztola acrescentou o apoio do governo de Bush Pai à ditadura de El Salvador em 1989 quando esta assassinou “na guerra suja seis padres jesuitas, sua govenanta e sua filha”. A propósito, foi a guerra suja de El Salvador que serviu de molde, ao filho W Bush, no Iraque, quando se deparou com a insurreição após a invasão.

Coubê também a Bush Pai rearticular a CIA, após o estrago feito pelas investigações da Comissão Church. Foi com ele como diretor da CIA que o agente da CIA e chefe da Dina chilena, Manuel Contreras, mandou explodir em plena capital dos EUA o ex-chanceler do governo Allende, Orlando Letelier, no mais escandaloso assassinato da Operação

Condor. Ato impensável em Washington sem a cobertura da CIA que, como revelou o jornalista que expôs o Irã-Contras, Robert Parry, ainda vazou pela Newsweek um “relatório falso isentando o serviço secreto chileno”. Na época, o vice de Bush Pai na CIA era Vernon Walters, que dispensa apresentações.

Também houve o dedo de Bush Pai na “Surpresa de Outubro” – a sabotagem das negociações do governo Carter com o regime dos aiatolás para liberação dos 52 reféns da embaixada, realizada com ajuda do governo Begin, Israel era a outra ponta do que viria a ser o Irã-Contras, com a liberação só ocorrendo após a derrota nas eleições do Democrata. Bush Pai era o vice de Reagan. Um dos operativos da sabotagem, Mike Copeland, um dos da “CIA dentro da CIA”, relatou a Parry anos depois que o problema que tornava imperativo afastar Carter era que este era “um homem de princípios”.

Um terreno no qual Bush Pai também se notabilizou, após ser derrotado na famosa eleição do “é a economia, estúpido”, indo mercadejar suas relações no mundo inteiro e em Washington com o grupo Carlyle, que literalmente transmitiu chumbo em ouro desde que colocou como executivo-mor o ex-secretário do Pentágono, e ex-operativo de primeira linha da CIA, Frank Carlucci.

Leia mais em: <https://horadopovo.org.br/george-bush-pai-e-seus-crimes-de-guerra/>

De 2007 a 2017 óbitos por suicídio cresceram 36,3% e desde 2008 já é a 10ª principal causa de morte em todas as idades nos EUA. Mortes por overdose quase dobraram

A expectativa de vida nos EUA caiu pelo terceiro ano consecutivo, de 78,7 anos para 78,6 anos, anunciou o Centro de Controle de Doenças (CDC) dos EUA.

“Tragicamente, esta tendência preocupante é em grande parte devido a mortes por overdose de drogas e suicídios”, advertiu o diretor do CDC, Robert Redfield, após registrar a queda na expectativa de vida nos EUA “nos últimos anos”.

Os EUA não viviam um período tão extenso de declínio desse parâmetro primordial desde 1918 – há um século –, quando se combinaram os efeitos letais da I Guerra Mundial e da epidemia de gripe espanhola.

Segundo Redfield, é expectativa de vida que dá “um vislumbre do estado geral de saúde do país”. Ele acrescentou que “essas estatísticas perturbadoras são um aviso de que estamos perdendo muitos americanos, muito cedo, e muitas vezes evitáveis”.

Um vislumbre aterrador. Desde 2007, são um milhão de vidas ceifadas por suicídio e overdose de drogas nos EUA – as chamadas ‘mortes por desespero’.

100 mil por ano! O que reflete uma agudização sem precedentes da miséria social e espiritual no país mais rico do mundo, sob a salvação dos bancos pós-crash supervisionada por Obama, que concentrou riqueza de uma forma sem precedentes.

Ao mesmo tempo em que a imensa maioria sofria com a precarização, despejos em massa, arrocho, cortes de direitos e na saúde, coroando a desindustrialização em massa em áreas que já conheciam prosperidade.

É essa a base material na qual ferve a desesperança, o isolamento, o abandono, o colapso sob as drogas, o suicídio. Não são mais só os negros pobres que morrem de overdose nos guetos, mas também os brancos pobres, na Nova Inglaterra ou na Virgínia Ocidental – nesta a taxa de mortalidade é mais do dobro da média nacional.

O total de mortes anunciado é maior do que todas as perdas de vidas de americanos em guerras, com exceção da Guerra Civil. A expectativa de vida nos EUA já está três anos e meio abaixo da vigente no

vizinho Canadá.

As mortes por overdose de drogas aumentaram 9,6% em um ano – sendo que as por fentanil (o mais notório opióide) chegaram a impressionantes 45%.

Para menores de 55 anos, a overdose de drogas já é a principal causa de morte.

Já as taxas de suicídio aumentaram em 2017 em 3,7%, de 13,5 por 100.000 para 14,0 por 100.000 – o mais alto índice em 50 anos. Desde 2008, o suicídio é a décima principal causa de morte para todas as idades nos EUA.

Em 2016, o suicídio se tornou a segunda principal causa de morte entre pessoas com idades entre 10 e 34 anos, e a quarta causa principal entre 35-54 anos.

Segundo o CDC, a taxa de mortalidade ajustada por idade para a população geral aumentou 0,4%, de 728,8 mortes por 100.000 pessoas para 731,9 por 100.000. Note-se que entre os jovens na faixa etária 25-34, o aumento foi ainda pior, de 2,9%.

De 2007 a 2017, as mortes por suicídio aumentaram de 34.598 para 47.173, uma alta de 36,3%. Nesse período, as mortes por overdose de drogas quase dobraram, de 36.010 para 70.237.

As medidas cosméticas de Trump auguram ser difícil uma reversão a curto prazo. O dinheiro que falta para a saúde, para o bem estar social, para a sanidade, grassa aos borbotões em Wall Street e no Pentágono. Trump acaba de desviar milhões da saúde para a repressão aos imigrantes.

Estudo publicado este ano pelo American Journal of Public Health responsabiliza “décadas de aumento na desigualdade de renda, choques econômicos decorrentes da desindustrialização e cortes na rede de segurança social” pelo crescimento das diferenças na expectativa de vida entre “ricos e pobres” – que em algumas cidades, como Detroit, já é de 8,2 anos entre os 25% mais pobres e os 25% mais ricos.

“A crise financeira de 2008, conjuntamente com as medidas de austeridade as políticas neoliberais, erodiu ainda mais o bem estar físico e mental”, concluiu o relatório. 100 mil mortes por desespero não surgem do nada.

ANTONIO PIMENTA



Vice-almirante Scott Stearney comandava a 5ª Frota

Comandante da Marinha dos EUA é encontrado morto no Bahrein

O chefe de operações navais, almirante John Richardson, informou que o comandante da 5ª Frota da Marinha dos EUA foi encontrado morto em sua casa, no Bahrein.

O vice-almirante Scott Stearney estava em missão no Oriente Médio e no Sudoeste da Ásia dirigindo as operações navais na região e na manhã deste sábado (1), Scott Stearney foi encontrado morto.

Stearney era piloto e instrutor de voo do caça F/A-18 e havia realizado mais de 1.000 pousos em porta-aviões, servindo previamente os EUA no

Afganistão, conforme publicação do jornal The New York Times.

As autoridades locais e o Serviço de Investigação Criminal da Marinha dos EUA estão investigando o caso, afirma o almirante John Richardson, ressaltando que o contra-almirante Paul J. Schliss assumiu o comando da 5ª Frota da Marinha dos EUA.

De acordo com a CBS News, para as autoridades de defesa dos EUA, a hipótese é de que houve um suicídio, já que não haveria indícios de participação de terceiros na morte do vice-almirante.

O STF e o indulto natalino de Temer

Não é possível analisar a questão apenas do ponto de vista do que diz o artigo 84 da Constituição. Pois a mesma Constituição estabelece, em seu artigo 37, que a moralidade é um princípio da administração pública. “Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência”. Uma lei ou decreto imoral é, portanto, uma agressão à Constituição – além de ser ao próprio país

CARLOS LOPES

Na quinta-feira, 29/11, seis ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) votaram a favor da constitucionalidade do indulto de Natal de 2017 (Decreto nº 9.246), que reduziu a pena de todos os condenados “por crimes praticados sem grave ameaça ou violência à pessoa” – **inclusive os condenados por corrupção no âmbito da Operação Lava Jato** – que tivessem cumprido 1/5 da pena (ou 1/3, no caso dos reincidentes).

O indulto foi suspenso duas vezes, por liminares concedidas pela ministra Cármen Lúcia, então presidente do STF, e pelo ministro Luís Roberto Barroso.

O resultado de quinta-feira, apesar de conformar maioria a favor do indulto, não é definitivo, pois o julgamento não foi encerrado, devido a um pedido de vista do processo pelo ministro Luiz Fux. É permitido aos ministros a mudança de seu voto.

Como apontou a procuradora geral da República, Raquel Dodge, em sua ação contra o decreto de Temer, este extinguiu 80% (ou 4/5) da pena dos condenados – incluídos aqueles que perpetraram “crimes extremamente relevantes no atual contexto político e histórico da sociedade brasileira, como é o caso dos crimes de corrupção, peculato, lavagem de dinheiro, crimes eleitorais, criação e participação em organização criminosa, entre outros” (cf. PGR, **Parcer N.º 28/2018, Ação Direta de Inconstitucionalidade 5.874/DF**, p. 5).

A posição majoritária na quinta-feira foi a do ministro Alexandre de Moraes, que, em extenso e erudito voto, remeteu a questão a um “sistema de freios e contrapesos” que seria característico do Estado Democrático de Direito.

Em resumo, disse o ministro, na democracia, um Poder controla e limita os outros. Assim, o indulto presidencial, estabelecido pelo artigo 84 da Constituição, seria uma forma de controle do Executivo sobre o Judiciário, assim como este tem suas formas de controle do Executivo.

Daí, conclui o ministro, “*competes ao Presidente da República definir a concessão ou não do indulto, bem como seus requisitos e a extensão desse verdadeiro ato de clemência constitucional, a partir de critérios de conveniência e oportunidade; devendo ser, por inoportuna, afastada qualquer alegação de desrespeito à Separação de Poderes ou ilícita ingerência do Executivo na política criminal, genericamente, estabelecida pelo Legislativo e aplicada, concretamente, pelo Judiciário*”.

Em resumo, o indulto é um freio, um contrapeso, às decisões do Judiciário (e também às do Legislativo,



que aprova as leis penais). Por isso, não pode ser limitado pelo Judiciário, pois significaria que este estaria eliminando um freio legal e constitucional sobre si mesmo.

Todas as numerosíssimas citações feitas por Moraes, assim como a revisão que faz dos vários indultos, desde o governo Getúlio até o governo Sarney, têm a finalidade de demonstrar essa tese.

No entanto, a questão, como escreveu a procuradora Raquel Dodge, é que quem ignorou o freio (isto é, os limites estabelecidos pela Constituição) foi Temer, ao usar um indulto para modificar sentenças judiciais em massa e, na prática, legislar, pois um indulto tão generalizado significa ignorar a lei que existe.

Resta observar que isso somente foi realizado para que os corruptos entrassem também na lista do indulto.

Temer, inclusive, como frisou o ministro Luís Roberto Barroso, relator da questão, modificou a proposta de indulto que lhe foi enviada pelo Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCCP), que, legalmente, é quem prepara o projeto de indulto de Natal:

“... minuta original proposta pelo Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCCP) **vedava expressamente a concessão de indulto (i) a condenados por crimes de corrupção e correlatos e (ii) da pena de multa.**

“Tais vedações, contudo, foram excluídas do decreto, em contrariedade à recomendação expressa dos órgãos técnicos e jurídicos que participaram do procedimento de elaboração do decreto e à revelia do sentimento social.”

A proposta foi alterada, portanto, para incluir os corruptos.

RELATÓRIO

Assim, disse o ministro Barroso, na primeira parte do julgamento, ocorrida na quarta-feira:

“O poder de baixar decreto é limitado. Mesmo discricionários, os atos do poder público são controláveis. Os valores e princípios que informam a Constituição e o Estado de Direito têm de ser observados. O presidente pode baixar como quer as penas, e até aboli-las. Não.”

Ele nota que, além disso, “o decreto reduziu prazo de cumprimento de pena para ser beneficiado pelo indulto



Plenário do STF no julgamento do indulto natalino de Temer (foto: Rosinei Coutinho/SCO/STF (29/11/2018))

para apenas 1/5, onde tradicionalmente era 1/3, além de ter abolido o teto máximo de condenação para fins de indulto, o que nunca havia ocorrido [ou seja, o condenado pode ser beneficiado independente do tamanho da sua pena].”

Por fim, ao examinar a questão dos criminosos por corrupção que foram incluídos no decreto de indulto:

“Esse decreto esvazia o esforço da sociedade e das instituições, onde delegados, procuradores e juízes corajosos enfrentam as diferentes modalidades de crimes organizado, inclusive a do colarinho branco. E cria facilitário sem precedentes a quem cometeu esses crimes.”

PREMISSA

A ministra Rosa Weber ressaltou sua discordância com o conteúdo do decreto de Temer:

“Embora guarde pessoalmente restrições com a política formulada no decreto de 2017, em especial quanto a seu alcance aos crimes de corrupção, não vejo como chegar a um juízo de invalidade constitucional.”

A ministra se referia ao seguinte dispositivo constitucional:

“Art. 84. *Compete privativamente ao Presidente da República:*

“XII – *conceder indulto e comutar penas, com audiência, se necessário, dos órgãos instituídos em lei;*”

Exatamente o mesmo dispositivo a que se referiu a procuradora geral Raquel Dodge, na ação contra o indulto de Temer:

“Não há dúvida jurídica de que o indulto é ato discricionário e privativo do Presidente da República, disciplinado no artigo 84, inciso XII da Constituição. O Presidente pode concedê-lo segundo critérios de conveniência e de oportunidade, sob a premissa inafastável, no entanto, da finalidade constitucional do instituto, que é a de prevenir o cumprimento de penas corporais desproporcionais e indeterminadas.”

No caso, diz a procuradora, essa premissa não existia.

Não deixa de ser interessante que o decano do STF, Celso de Mello, apesar de votar pela constitucionalidade do indulto de Temer,

concordou com a premissa ressaltada pela procuradora, ao dizer que indulto presidencial era uma “*forma de proteger cidadãos contra possível erro judicial ocasionado por condenação injusta ou punição excessiva*”, além de poder ser concedido “*no interesse da estabilidade social e política e da coexistência pacífica*”.

Não nos referiremos ao voto do ministro Gilmar Mendes, porque pertenceu mais ao campo da agitação política do que, propriamente, ao campo do Direito.

CONSTITUIÇÃO

A Presidência da República, evidentemente, não é ocupada por Getúlio, Linhares, Juscelino, Jango, Figueiredo ou Sarney – presidentes citados pelo ministro Alexandre de Moraes.

O autor do decreto a favor dos corruptos é um indivíduo chamado Michel Temer, pego em flagrante quando acertava uma propina com o dono da JBS, e que, segundo a Polícia Federal, chefiava um esquema de propinas – durante anos – no Porto de Santos.

Por isso, não é possível analisar a questão apenas do ponto de vista do que diz o artigo 84 da Constituição.

Pois a mesma Constituição estabelece, em seu artigo 37, que a moralidade é um princípio da administração pública:

“Art. 37. *A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência*”.

Uma lei ou decreto imoral é, portanto, uma agressão à Constituição – além de ser ao próprio país.

LEIS

A questão é, como escreveu a ministra Carmen Lúcia em 2017, quando suspendeu o indulto de Natal de Temer, que “indulto não pode ser instrumento de impunidade”.

Por outro lado, o indulto de Temer atropela o Legislativo – a quem cabe legislar sobre penas – e ao Judiciário, ao extinguir sentenças em massa, como diz a procuradora:

“A competência constitucional para indultar não confere ao Presidente da República a prerrogativa de suprimir injustificadamente condenações penais.

“O chefe do Executivo não tem competência constitucional para legislar sobre matéria penal e não pode, por essa razão, extrapolar os limites da finalidade do indulto e estabelecer parâmetros incompatíveis ao princípio da razoabilidade, o que acaba por se equiparar à descriminalização de condutas penalmente relevantes”.

A procuradora está, também, com inteira razão ao indicar que a finalidade do indulto sempre foi “*humanitária*” – e que o decreto de Temer nada tem a ver com isso:

“... concessão de indulto deve se fundar em critérios de política criminal, compatíveis com a natureza humanitária do instituto. Não é o caso do decreto impugnado. Sem justificativa minimamente razoável, amplia desproporcionalmente os benefícios e cria um cenário de impunidade no país. Reduz em 80% o tempo de cumprimento da pena aplicada, extingue penas restritivas de direito e suprime multas e o dever de reparar o dano pela prática de crimes graves”.

O ministro Luís Roberto Barroso evidenciou que o decreto de Temer transgredia a própria Constituição, no artigo 37, que acima transcrevemos:

“... o decreto de indulto impugnado possui o condão de beneficiar investigados e condenados por envolvimento em esquemas de corrupção recém ocorridos, quando não ainda em curso. E isso, por si só, configura afronta ao princípio da moralidade administrativa. Independentemente do número de atingidos imediatos, a medida fixa um patamar de leniência que, repetido em anos seguintes, traria total impunidade. Na linha do que demonstrou a Procuradoria-Geral da República, *‘a Lava Jato está colocada em risco, assim como todo o sistema de responsabilização criminal’*”.

Além disso, o ministro apontou que a inclusão dos corruptos no indulto implicava, também, em “desvio de finalidade” e em “falta de

legitimidade democrática”.

BENEFICIADOS

Votaram pelo indulto de Natal de Temer os ministros Alexandre de Moraes, Rosa Weber, Ricardo Lewandowski, Marco Aurélio Mello, Gilmar Mendes e Celso de Mello.

Os ministros Luís Roberto Barroso e Luiz Edson Fachin votaram contra. Os ministros Luiz Fux, Cármen Lúcia e o presidente do STF, Dias Toffoli, ainda não votaram.

Como houve um pedido de vista – do ministro Luiz Fux – o fim do julgamento foi adiado.

No último momento, Gilmar Mendes tentou suspender a liminar do ministro Barroso que impede a consumação do indulto. O intento foi baldado por outro pedido de vista, este do ministro Dias Toffoli.

Porém, quem seria beneficiado com o indulto de Natal de Temer?

Seriam beneficiados 21 condenados por corrupção:

- 1) o amigo de Lula, José Carlos Bumlai;
- 2) o ex-deputado do PT, e ex-vice-presidente da Câmara, André Vargas;
- 3) o ex-senador peemedebista Gim Argello;
- 4) o ex-deputado, do PP, Luiz Argolo;
- 5) o operador do PP, João Cláudio Genu;
- 6) o dono da UTC, Ricardo Pessoa;
- 7) o ex-presidente da Camargo Corrêa, Dalton Avancini;
- 8) o ex-vice-presidente da Camargo Corrêa, Eduardo Leite;
- 9) o ex-presidente do Conselho de Administração da Camargo Corrêa, João Ricardo Auler;
- 10) o ex-diretor da Andrade Gutierrez, Elton Negrão de Azevedo Junior;
- 11) o monopolista dos ônibus de Santo André, Ronan Maria Pinto.

Além desses, seriam beneficiados com o indulto de Temer os operadores, doleiros ou lobistas Zwi Skornicki, Nelma Kodama, Adir Assad, Carlos Habib Chater, Bruno da Luz, Jorge Antonio da Silva Luz, Mário Goes, Antonio Carlos Pieruccini e André Gustavo Vieira da Silva.

Antonio Palocci, que, na época do indulto de Temer, estava preso, seria também um dos beneficiados.